

100
CELSO
FURTADO
anos

ANAIS DO SEMINÁRIO
100 ANOS DE CELSO FURTADO:
QUE DESENVOLVIMENTO
QUEREMOS PARA O BRASIL?



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

UNIPACE
ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE



**OBSERVATÓRIO
DE FORTALEZA**



**Prefeitura de
Fortaleza**

Instituto de Planejamento
de Fortaleza



Prefeitura de Fortaleza

PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA
ROBERTO CLAUDIO RODRIGUES BEZERRA

VICE-PREFEITO DE FORTALEZA
MORONI BING TORGAN

GABINETE PRIMEIRA-DAMA CAROLINA CUNHA BEZERRA	SEGER – SECRETARIA MUNICIPAL DA GESTÃO REGIONAL RENATO CÉSAR PEREIRA LIMA	GMF - GUARDA MUNICIPAL RÔMULO REIS DE ALMEIDA
CHEFIA DE GABINETE MARCELO JORGÉ BORGES PINHEIRO	SR I - SECRETARIA REGIONAL I FRANCISCO RENNYS AGUIAR FROTA	HABITAFOR - SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA OLINDA MARIA MARQUES DOS SANTOS
SEGOV – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SAMUEL ANTÔNIO SILVA DIAS	SR II - SECRETARIA REGIONAL II FERRUCCIO PETRI FEITOSA	IJF - INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA RIANE MARIA BARBOSA AZEVEDO
PGM – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO JOSÉ LEITE JUCÁ FILHO	SR III - SECRETARIA REGIONAL III MARA JESSYKA BULÇÃO PIRES	IMPANH - INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS ANTÔNIO AGUIAR FILHO
SEPOG – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PHILIPHE THEOPHILO NOTTINGHAM	SR IV - SECRETARIA REGIONAL IV FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA	IPEM - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS JOÃO MARCELO FERREIRA FACUNDO
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS JURANDIR GURGEL GONDIM FILHO	SR V - SECRETARIA REGIONAL V JOSÉ RONALDO ROCHA NOGUEIRA	IPLANFOR - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE FORTALEZA EUDORO WALTER DE SANTANA
SCSP – SECRETARIA MUNICIPAL DA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS JOÃO DE AGUIAR PUPO	SR VI - SECRETARIA REGIONAL VI DARLENE BRAGA ARAÚJO MONTEIRO	IPM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO RICARDO CÉSAR XAVIER NOGUEIRA SANTIAGO
SEINF – SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA ANA MANUELA MARINHO NOGUEIRA	SERCE – SECRETARIA REGIONAL DO CENTRO DE FORTALEZA FRANCISCO ADAIL DE CARVALHO FONTENELE	OUIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA RODRIGO FERNANDES TÁVORA PONTE
SMS – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE JOANA ANGÉLICA PAIVA MACIEL	ACFOR - AUTARQUIA DE REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL HOMERO CALS SILVA	PROCON FORTALEZA – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR CLÁUDIA MARIA SANTOS DA SILVA
SME – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO ANTÔNIA DALILA SALDANHA DE FREITAS	AGEFIS – AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE FORTALEZA JÚLIO FERNANDES SANTOS	URBFOR – AUTARQUIA DE URBANISMO E PAISAGISMO DE FORTALEZA REGIS RAFAEL TAVARES DA SILVA
SEUMA - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE MARIA ÁGUEDA PONTES CAMINHA MUNIZ	AMC - AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA FRANCISCO ARCELINO ARAÚJO LIMA	COORDENADORIAS ESPECIAIS
SDHDS - SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL RENATO CARVALHO BORGES	CÉRIF – COORDENADORIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E FEDERATIVAS PATRÍCIA MARIA ALENCAR MONTEIRO DE MACEDO	COORDENADORIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA FRANCISCO BARROSO RODRIGUES
SETFOR – SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO ALEXANDRE PEREIRA SILVA	CITINOVA - FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE FORTALEZA CLÁUDIO RICARDO GOMES DE LIMA	CPDROGAS - COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS JOSÉ HUMBERTO BESERRA LIMA FILHO
SDE - SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RAIMUNDO PACHECO DE PINHO	CLFOR – CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA GEOVÂNIA SABINO MACHADO	CEPS - COORDENADORIA ESPECIAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL GILBERTO COSTA BASTOS
SECULTFOR – SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA ANTONIO GILVAN SILVA PAIVA	CTC - COMPANHIA DE TRANSPORTE COLETIVO CARLOS ALBERTO ALVES DE SOUSA	COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE LUIS FERNANDO DE FREITAS BARROS MUNGUBA
SECEL – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER FRANCISCO ARQUIMEDES RODRIGUES PINHEIRO	ETUFOR - EMPRESA DE TRANSPORTE URBANO DE FORTALEZA ANTONIO FERREIRA SILVA	COEPDC - COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL LUCIANO AGNELO SALES DA SILVA
SESEC – SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA CIDADÃ CEL. JOSÉ MARIA BARBOSA SOARES	FUNCI - FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E FAMÍLIA CIDADÃ/ COORDENADORIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE GLÓRIA MARIA MARINHO GALVÃO	COPIFOR – COORDENADORIA ESPECIAL DE PROGRAMAS INTEGRADOS REINALDO RIGAUD SALMITO
CGM - CONTROLADORIA e OUIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO LUCIANA MENDES LOBO		



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

UNIPACE

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE

PRESIDENTE
JOSÉ SARTO MOREIRA NOGUEIRA
1º VICE-PRESIDENTE
FERNANDO MATOS SANTANA
2º VICE-PRESIDENTE
DANNIEL LOPES DE OLIVEIRA SOUSA

1º SECRETÁRIO
EVANDRO SÁ BARRETO LEITÃO

2º SECRETÁRIA
MARIA ADERLÂNIA SOARES BARRETO NORONHA

3º SECRETÁRIA
PATRÍCIA PEQUENO COSTA GOMES DE AGUIAR

4º SECRETÁRIO
LEONARDO FRANKLIN NOGUEIRA PINHEIRO

1º SUPLENTE DA MESA
FRANCISCO OSMAR DIÓGENES BAQUIT

2º SUPLENTE DA MESA
BRUNO BARROS GONÇALVES

3º SUPLENTE DA MESA
ROMEU ALDIGUERI DE ARRUDA COELHO

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

DIRETORA GERAL
SÁVIA MARIA DE QUEIROZ MAGALHÃES

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
MARCUS VINÍCIUS MELO CRUZ

CONTROLADORA
SÍLVIA HELENA CORREIA VIDAL

COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DANIEL MENDES ADERALDO

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO
LAILA FREITAS E SILVA

**COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO**
CHARLIE SILVA LOPES

PROCURADOR-GERAL
RODRIGO MARTINIANO AYRES LINS

DIRETOR LEGISLATIVO
FRANCISCO LINDOLFO CORDEIRO JÚNIOR

COORDENADORA DE EVENTOS E CERIMONIAL
ALESSANDRA BEZERRA ARAGÃO

DIRETOR DO DEPARTAMENTO LEGISLATIVO
CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE OLIVEIRA

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E
ASSISTÊNCIA SOCIAL**
LUÍS EDSON CORREA SALES

**DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO**
LISE MARIA NOVAES ELEUTÉRIO COSTA

**DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO
DE PESSOAS**
MÁRIA ELENICE FERREIRA LIMA B. PINHEIRO

GERENTE GERAL DA TV ASSEMBLEIA
RENATO CARVALHO BORGES

GERENTE GERAL DA RÁDIO ASSEMBLEIA
FÁTIMA ABREU

**DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS,
ORÇAMENTO E CONTABILIDADE**
ANÁ PAULA ALBUQUERQUE RIBEIRO MOREIRA

COORDENADOR DE POLÍCIA
CEL. PM. PAULA PESSOA

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ELPÍDIO JOSÉ DE OLIVEIRA MOREIRA

**Escola Superior de Parlamento
Cearense – Unipace**

Rua Barbosa de Freitas, 2674 - Anexo
2 Edifício Dep. José Euclides Ferreira
Gomes – Dionísio Torres, Fortaleza – CE
Tel.: (85) 3257.7871
unipace@al.ce.gov.br

Presidente

João Salmito Filho

Vice-Presidente

Francisco José Queiroz Maia Filho

Diretor Acadêmico

Robson de Oliveira Loureiro

**Instituto de Planejamento de
Fortaleza – Iplanfor**

Rua 25 de Março, 268 – Centro,
Fortaleza – CE / Tel.: (85) 3105-1283
observatoriodefortaleza@iplanfor.
fortaleza.ce.gov.br

Superintendente

Eudoro Walter de Santana

Superintendente Adjunto

Mário Fracalossi Júnior

Diretoras

Ana Cláudia Teixeira

Cláudia Sousa Leitão

Conceição Cidrack

Juliana Sena

Lia Parente

ORGANIZADORES:
Cláudia Sousa Leitão
Daysiane Gomes David
Louise Ferreira Gomes
Eduardo Neto Moreira de Souza
Robson de Oliveira Loureiro

**ANAIS DO SEMINÁRIO 100 ANOS DE CELSO FURTADO: QUE
DESENVOLVIMENTO QUEREMOS PARA O BRASIL?**



**Prefeitura de
Fortaleza**
Instituto de Planejamento
de Fortaleza

Fortaleza - 2020

FICHA TÉCNICA

Revisão de Texto

Daysiane Gomes David

Louise Ferreira Gomes

Normalização

Louise Ferreira Gomes

Joseline Veras

Edição de Arte

Evilene Avelino

Jornalista responsável

Rebecca Fontes

MTb JP 830/04/36-CE

Catlogação na Publicação CIP – Joseline Veras

Anais do Seminário 100 anos de Celso Furtado: Que desenvolvimento queremos para o Brasil? / Cláudia Sousa Leitão (org.)... [et al]. - Fortaleza: Instituto de Planejamento de Fortaleza, 2020.

90 p. il.

ISBN:

1.Desenvolvimento Regional. 2.Gestão Pública. 3.Seminário. I. David, Daysiane Gomes. II. Gomes, Louise Ferreira. III. Souza, Eduardo Neto Moreira de. IV. Loureiro, Robson de Oliveira

CDD: 341.759

A IMPORTÂNCIA DE CELSO FURTADO PARA O BRASIL DE HOJE

Celso foi o mais importante economista brasileiro do século XX. Mais do que um economista brilhante, foi um cientista social como Paulo Freire, que não era apenas um grande educador, mas também um cientista social. Furtado e Freire pensaram os seus Projetos para o Brasil de forma sistêmica, com transversalidade e compartilhamento.

O projeto Operação Nordeste, primeiro projeto de planejamento estratégico para o nordeste brasileiro, originou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da qual Celso Furtado foi o primeiro superintendente. As bases do Projeto foram construídas a partir das suas convicções econômicas, sociais, políticas e culturais, presentes na sua obra magistral *Formação Econômica do Brasil*.

O projeto Operação Nordeste estruturou-se em três grandes eixos: 1) Pensar o desenvolvimento agrário da Região, juntando terra e água. A reforma agrária não dividia as terras (os latifúndios), mas agregava os minifúndios, transformando-os em territórios comunitários. Era uma visão revolucionária da reforma agrária, hoje apropriada pelo Movimento dos Sem-Terra; 2) Agregar terras férteis à Região Semiárida. Uma proposta, na minha visão, equivocada, pois propunha levar os sertanejos para as terras férteis do Maranhão e 3) Financiar a industrialização, por meio dos incentivos fiscais: o conhecido 34/18.

Infelizmente, o Projeto não obteve o êxito esperado. Destaco, em seguida, algumas das razões: a) O projeto Operação Nordeste, apoiado pelo presidente Juscelino Kubitschek, teve maior inserção, apoio e possibilidades em Pernambuco e Bahia. À época, houve um grande movimento, no próprio Nordeste, chamando-o de OPEBA – Operação Pernambuco – Bahia. A

razão desta preferência se deveu ao fato do presidente ter perdido a eleição nesses dois estados, desejando reconquistá-los por meio do Projeto; b) A SUDENE teve dificuldades em ter a sua institucionalização aprovada pelo Congresso Nacional, principalmente em razão da reação dos latifundiários do semiárido, dos usineiros da cana-de-açúcar e dos políticos nordestinos que, em articulação com os coronéis do sertão, utilizavam-se do Departamento Nacional de Combate às Secas (DNOCS) para construir açudes em suas propriedades. Furtado propunha, em razão da importância do DNOCS, que ele se integrasse ao Planejamento da SUDENE.

Dentre as linhas de atuação do Projeto Operação Nordeste, a industrialização foi a única que prosperou, apesar da visão equivocada de transferir insumos do Sudeste, ao invés de usar o potencial existente no Nordeste. Essa decisão produziu impactos negativos, ampliando o fosso entre Nordeste e Sudeste, estimulando a criação de filiais de indústrias do Sudeste, que transferiram para o Nordeste suas máquinas reformadas, enquanto as empresas-sede modernizaram suas instalações. Não se nega que o Nordeste tenha avançado com a SUDENE, mas os avanços foram insatisfatórios, diante das energias e dos recursos financeiros dispendidos. Muitas empresas agrícolas foram financiadas, das quais poucas prosperaram. A grande maioria contribuiu para o desvio de recursos públicos, o que levou ao esvaziamento da missão da SUDENE e da sua consequente extinção.

Se a visão nacionalista, presente no projeto de desenvolvimento de Celso Furtado para o Nordeste, tivesse sido efetivamente implantada, hoje o semiárido brasileiro seria bem diferente. Essas minhas observações, que abriram o “Seminário 100 anos de Celso Furtado: que desenvolvimento queremos para o Brasil?”, servem para fundamentar a minha afirmação de que o Nordeste ainda está à espera de um novo Celso Furtado para se realizar social, cultural e economicamente, enquanto região.

Sua visão foi revolucionária acerca dos significados do desenvolvimento para a América Latina, sua capacidade de planejar

estrategicamente, sua compreensão profunda das assimetrias produzidas pelo sistema capitalista, sobretudo, nos países de economia dependente, sua paixão pelo Brasil e, especialmente, pelo Nordeste. Enfim, sua honestidade intelectual e coerência existencial são virtudes raras, que fazem ainda mais falta nos dias de hoje.

Eudoro Santana

Superintendente do Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor)

PREFÁCIO

Celso Furtado é, certamente, um dos principais pensadores brasileiros. Em 2020, no ano em que completaria 100 anos, o Brasil o coloca mais uma vez na centralidade do debate, considerando sua trajetória, legado e influência que exerceu no campo da gestão pública, da ciência social e da economia. Furtado é criador de uma obra inovadora em que aponta as contradições do capitalismo, os dilemas e entraves do desenvolvimento econômico brasileiro. Ajudou a conceber e a estruturar a Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, e uma perspectiva de desenvolvimento para a região. Ocupou ainda inúmeros cargos políticos e técnicos, considerados estratégicos em um cenário de projeção de desenvolvimento do país.

Ao liderar a criação da Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste - SUDENE – idealizava para o país um modelo de desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões, que implicaria na redução das desigualdades econômicas, sociais e também políticas.

Em tempos em que, no Brasil, se discute a ausência de projetos nacionais e de políticas de desenvolvimento regional, o pensamento de Celso Furtado continua pertinente. Revisitá-lo e atualizá-lo, sob diferentes olhares e perspectivas, foi o desafio que instigou a realização do Seminário **“100 anos de Celso Furtado: que desenvolvimento queremos para o Brasil?”** realizado nos dias 12 e 13 de agosto de 2020, no formato virtual.

Em iniciativa realizada pela Assembleia Legislativa do Ceará, mediante a Escola Superior do Parlamento Cearense - UNIPACE, em parceria com o Instituto de Planejamento de Fortaleza - Iplanfor, através do Observatório de Fortaleza, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SEDET, por meio da ADECE / Câmara Setorial da Economia Criativa, e contando com o apoio de outros importantes parceiros institucionais, como a Universidade Federal do Cariri (UFCA), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), tivemos a

oportunidade de atualizar a leitura sobre a obra furtadiana e colocar em debate os inúmeros desafios que o Brasil ainda tem, em pleno século XXI, como a redução da pobreza e da desigualdade regional.

Os textos, presentes neste *e-book*, se constituem em importantes contribuições de especialistas, pesquisadores e gestores públicos. Neles é possível identificar, a partir da obra de Furtado, trilhas que o país ainda precisa consolidar, enquanto nação, para que possa superar desafios históricos que permanecem cada vez mais latentes.

Por fim, para fazer justiça e por justo reconhecimento, em tempos tão atípicos em que o Brasil, assim, como boa parte do mundo, foi acometido por uma profunda crise sanitária, provocada pelo Coronavírus, instituições como a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio da sua Escola Superior do Parlamento - UNIPACE e o Instituto de Planejamento de Fortaleza - Iplanfor, por meio do seu Observatório de Fortaleza, foram capazes de liderar a iniciativa do Seminário, reconhecer a relevância da obra de Celso Furtado, agregar outros importantes parceiros e mobilizar mais de 1.100 inscritos em um evento virtual, formato antes impensável para tempos comuns. Que essa iniciativa possa tomar ainda mais força nos próximos anos e que o pensamento de Celso Furtado continue a iluminar um projeto de nação desenvolvida, justa e equilibrada regionalmente.

Robson de Oliveira Loureiro

Diretor Acadêmico

Escola Superior do Parlamento Cearense-UNIPACE

HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE CELSO FURTADO

“O esvaziamento da atividade política engendra o niilismo ou a revolta, e não a libertação do homem. A atividade política é condição necessária para que se manifeste a criatividade no plano institucional e para que se inovem as formas sociais”. O alerta é de Celso Furtado, e está presente na sua obra magistral “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial”, publicada em 1978. Em tempos de incertezas, de descrédito na ação política, de cinismo de governantes face aos valores que sustentam a democracia, de ameaças à ciência e à cultura, é preciso, mais do que nunca, retomar os significados profundos da política.

Além de seu vasto legado intelectual, Furtado foi um brilhante administrador público (com passagens memoráveis nos ministérios do Planejamento e da Cultura), um planejador com sólidas convicções regionais (criador da SUDENE, do BNDES/BNB), além de um articulador e gestor nas Relações Internacionais (vide sua passagem pela CEPAL e UNESCO). Seu encontro, nos anos 50, na Universidade de Cambridge, com o indiano Amartya Sen, contribuiu, efetivamente, para a ampliação do marco epistemológico da Economia. A imensa obra de Furtado demonstra esse diálogo profícuo das ciências econômicas com as ciências sociais básicas, a filosofia, as tecnologias, as artes e a cultura, num esforço maior de compreender as consequências dos modelos econômicos para os países de economia dependente. Na segunda metade do século XX, em que os processos de globalização já apontavam para o crescimento da desigualdade entre países e continentes, Furtado defendia a construção de um desenvolvimento endógeno que garantisse dignidade, solidariedade e igualdade de oportunidade aos brasileiros.

O Seminário "100 anos de Celso Furtado: que desenvolvimento queremos para o Brasil?" é uma homenagem ao centenário de Celso Furtado,

mas também é uma provocação para todos nós que acreditamos e trabalhamos para e pelo Brasil.

Boa leitura!

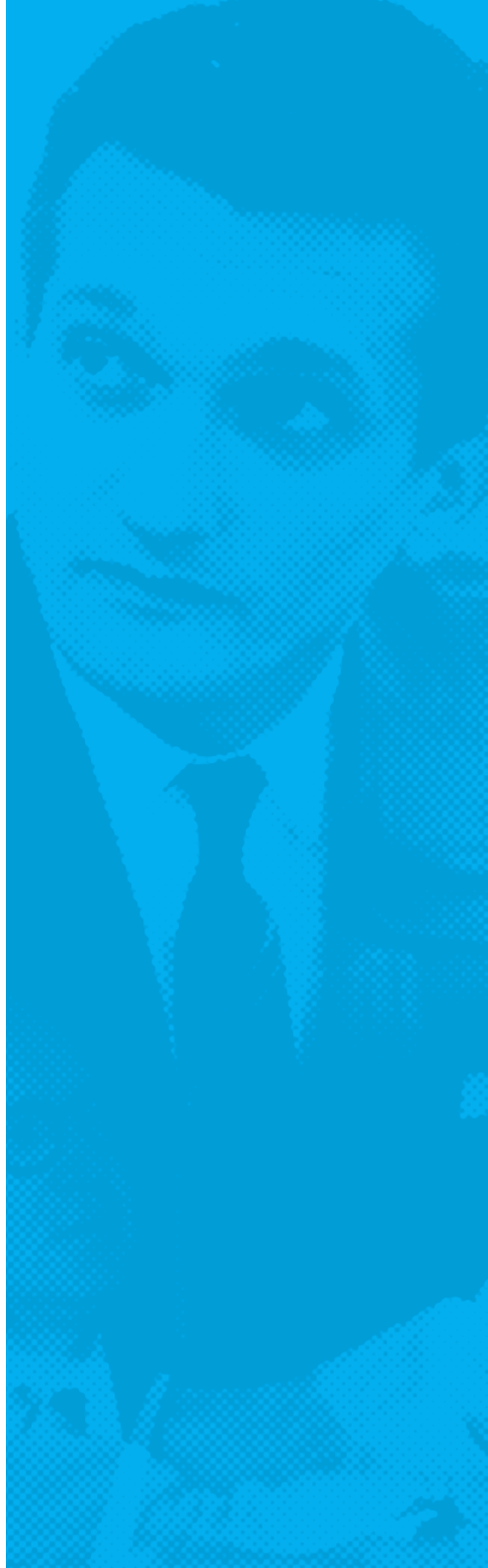
Cláudia Leitão

Diretora do Observatório da Governança Municipal

Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor)

SUMÁRIO

- 15** 1 - CELSO FURTADO: A MEMÓRIA NOS LIVROS
- 20** 2 - CELSO FURTADO E A POLÍTICA COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- 24** 3 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO: HERANÇAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES
- 31** 4 - UMA AGENDA PARA O NORDESTE SUPERAR PRECONCEITOS E AVANÇAR DE FORMA ACELERADA
- 34** 5 - NORDESTE: O QUE VEM PELA FRENTE? DESAFIOS NO CURTO PRAZO
- 39** 6 - CEM ANOS DE CELSO FURTADO
- 45** 7 - PROJETO E AGIR ESTRATÉGICO: CELSO FURTADO, INTELLECTUAL PÚBLICO, CIENTISTA SOCIAL E UM PENSADOR DA CONTEMPORANEIDADE
- 57** 8 - DEVANEIOS ESPERANÇOSOS ACERCA DO DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE CELSO FURTADO
- 71** 9 - CONSIDERAÇÕES PARA UM DEBATE SOBRE CULTURA E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL, UMA HISTÓRIA CONHECIDA
- 77** 10 - ESTADO, CRIATIVIDADE E CULTURA: A VISÃO DE CELSO FURTADO
- 81** 11 - A CRIATIVIDADE CONTRA O SUBDESENVOLVIMENTO: HOMENAGEM A CELSO FURTADO



1 - CELSO FURTADO: A MEMÓRIA NOS LIVROS

Rosa Freire d'Aguiar¹

O centenário de nascimento de Celso Furtado, comemorado em 26 de julho deste ano, superou, e muito, minhas expectativas. Se de um lado seminários e colóquios internacionais foram anulados ou postergados no Brasil e no exterior, devido à crise sanitária que alcançou a todos, de outro as dezenas de encontros *on line*, em torno dessa data, democratizaram o acesso às intervenções de tantos especialistas e pesquisadores da vida e da obra de Celso. Eu mesma, estando no exterior, pude me estender, por tela interposta, sobre aspectos mais pessoais de sua trajetória, os anos de formação, as lembranças da infância, histórias do universo familiar, memórias de seus dois decênios de exílio, e dos tantos anos que vivi ao seu lado. Não fossem as novas ferramentas de transmissão por *internet*, muitos dos ouvintes dessas *lives* não teriam tido a oportunidade de conhecer o que foi divulgado virtualmente, pois nem sempre poderiam ter comparecido a colóquios previstos, antes da pandemia, por se realizarem em âmbito universitário.

Destaco entre esses muitos encontros o que foi idealizado por Cláudia Sousa Leitão, diretora do Observatório de Fortaleza. Cláudia alia uma rara capacidade de mobilização a um sólido conhecimento da vertente cultural da obra de Celso. Não surpreende, portanto, que em conjunto com a Assembleia Legislativa do Ceará, a UNIPACE e o Instituto de Planejamento de Fortaleza, ela tenha congregado, nos dias 12 e 13 de agosto, personalidades de muitos

¹Jornalista, tradutora e editora. Recebeu o prêmio da União Latina de Tradução Técnica e Científica (2001) e o Jabuti de tradução (2009), entre outros. É autora do livro “Memória de tradutora” (Escritório do livro) e editora da coleção “Arquivos Celso Furtado” (Contraponto). Traduziu do francês, espanhol e italiano cerca de cem títulos de literatura e ciências humanas.

quadrantes, que fizeram de “Cem anos de Celso Furtado: que desenvolvimento queremos para o Brasil?” um dos pontos altos deste centenário.

Em complemento à minha fala virtual, no dia 12, registro aqui um resumo do trabalho editorial que venho fazendo sobre Celso, desde sua morte em 2004. O eixo que estrutura esse ofício de memória é o propósito de levar sua herança intelectual às novas gerações e facilitar aos pesquisadores parte dos inéditos que compõem seu arquivo. Nesses dezesseis anos, preparei, editei e publiquei cerca de quinze livros de ou sobre Celso.

Começo pelas cinco edições definitivas. Recorrendo ao exemplar que Celso corrigira em vida, cotejando-o com os originais deixados em seus acervos, e também fazendo as notas e apresentações que julguei necessárias, preparei essas edições que deverão servir aos que futuramente as republicarem. Para todas pedi novos prefácios, para algumas escrevi uma introdução, em geral oferecendo a gênese da obra. O projeto gráfico contou, para as capas, com os belíssimos trabalhos do artista plástico Samson Flexor, de origem moldava, que veio para o Brasil em julho de 1948, no mesmo navio em que Celso voltava da França ao término de seu doutoramento em economia na Sorbonne.

Paralelamente ao trabalho de fixação dos textos, fiz duas coletâneas. Uma, em 2009, comemorou os cinquenta anos de *Formação econômica do Brasil*. Nela, publiquei uma longa apresentação sobre a história e as peripécias desta que é, sem dúvida, a obra mais conhecida de Celso. Também inclui um substancioso caderno de fotos e um aparato crítico com os prefácios das dez edições estrangeiras e resenhas de economistas e historiadores que, no Brasil e no exterior, escreveram sobre *Formação*. A segunda coletânea veio em 2013: *Essencial Celso Furtado*. Aqui, interessou-me publicar trabalhos que salientassem outras facetas, a meu ver essenciais, do pensamento de Celso: o econômico é evidentemente o mais vasto, mas também seu pensamento político – que traz textos sobre Nordeste, Brasil, federalismo, globalização, capitalismo –, suas ideias sobre cultura e ciência e, por fim, uma vertente de

cunho autobiográfico. O *Essencial Celso Furtado* é o título mais adequado a quem deseja se iniciar no pensamento de Celso, tão abrangente quanto multidisciplinar, e de interesse para quem estuda não só economia como também ciências políticas, relações internacionais e cultura.

Em 2008, quando dei um primeiro mergulho nos arquivos de Celso, veio-me a certeza de que a transmissão de sua herança intelectual se fazia não só por textos como por contextos. Valia a pena divulgar alguns originais, cartas, anotações, entrevistas e fotos de certos momentos de sua trajetória que não tinham sido por ele abordados, ou só superficialmente, em sua trilogia autobiográfica formada por *A fantasia organizada*, *A fantasia desfeita* e *Os ares do mundo*. Assim nasceu a coleção “Arquivos Celso Furtado”, coeditada pelo Centro Celso Furtado. Fiz seis livros para essa série, todos temáticos. Para cada um, pedi a um especialista um artigo que situasse a importância dos documentos, seu valor no tempo passado e/ou sua atualidade no tempo presente. Para cada um, fiz uma longa apresentação, valendo-me, em grande parte, das infindáveis conversas que tivemos, Celso e eu, sobre seus arquivos. Para cada um, reuni algumas peças raras dessa documentação: suas reportagens de jovem jornalista no Rio de Janeiro nos anos 40; seus rascunhos de textos produzidos na França no pós-guerra; sua correspondência de juventude; as anotações do sociólogo Albert Hirschman, quando estive no Nordeste e o entrevistei longamente; as fichas de seus cursos na Sorbonne.

Terminei com os dois livros preparados para o centenário. O primeiro são os *Diários intermitentes de Celso Furtado. 1937-2002*. Em 2018, numa pré-arrumação de seus arquivos com vistas a doá-los a uma instituição pública,² encontrei cerca de cinquenta cadernos em que Celso fez anotações de cunho pessoal ao longo da vida. Assim nasceu a obra, publicada em 2019. Celso não foi propriamente um praticante assíduo da arte dos diários – ao contrário, podiam se passar meses, e mesmo anos, sem escrevê-los –, mas a

²Em 2019 doe os arquivos e a biblioteca de Celso Furtado ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

eles recorreu em momentos marcantes de sua vida, como os anos dedicados a implantar na Sudene a política de desenvolvimento do Nordeste, ou os do fim do regime militar, quando se envolveu na luta pela redemocratização do país. Também os escreveu durante as tantas viagens que fez a países (então) menos acessíveis, como Etiópia, Mongólia, China; ou no intuito de fixar no papel encontros e perfis que lhe inspiraram personalidades da política, da academia, das artes; ou, enfim, ao dialogar consigo mesmo e ensaiar balanços de vida, como na volta da Segunda Guerra Mundial, como na partida para o exílio.

Por fim, a *Correspondência intelectual de Celso Furtado* sairá em 2021. Para prepará-la, foram dois anos de trabalho na leitura, na seleção e nas anotações de cerca de 15 mil cartas escritas e recebidas por Celso. Interessaram-me, para publicação, apenas aquelas em que há uma troca de ideias, um diálogo intelectual entre ele e um punhado de interlocutores brasileiros e estrangeiros. Entre tantos, destaco a correspondência mantida, algumas ao longo de décadas, com Antônio Callado, Antonio Candido, Thiago de Melo, Fernando Henrique Cardoso, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Helio Jaguaribe, Roberto Campos, João Goulart, Lula, Sarney, Mário Soares, Albert Hirschman e Raúl Prebisch.

Tanto os *Diários* como a *Correspondência* trazem material totalmente inédito. Formam, estou certa, um conjunto inestimável para os que se interessam pela visão de quem foi privilegiado ator e lúcido observador da segunda metade do século XX, no Brasil e nos vastos ares do mundo.

REFERÊNCIAS

D'AGUIAR, R. F. **Correspondência intelectual de Celso Furtado**. Companhia das Letras: São Paulo (no prelo).

_____. **Diários intermitentes de Celso Furtado: 1937-2002**. Companhia das Letras: São Paulo, 2019.

_____. **Essencial Celso Furtado.** Penguin/Companhia das Letras: São Paulo, 2012.

FURTADO, C. **A economia latino-americana.** Companhia das Letras: São Paulo, 2019.

_____. **Anos de formação 1938-1948:** O jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado. Contraponto: Rio de Janeiro, 2014.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial.** Companhia das Letras: São Paulo, 2008.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Contraponto/Centro Celso Furtado: Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura.** Contraponto: Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Ensaio sobre a Venezuela:** Subdesenvolvimento com abundância de divisas. Coleção Arquivos Celso Furtado. Contraponto/Centro Celso Furtado: Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Formação econômica do Brasil.** Companhia das Letras: São Paulo, 2007.

_____. **Obra autobiográfica de Celso Furtado:** A fantasia organizada, A fantasia desfeita e Os ares do mundo. Companhia das Letras: São Paulo, 2014.

_____. **O Nordeste e a Saga da Sudene:** 1958-1964. Contraponto: Rio de Janeiro, 2009.

_____. **O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento.** Contraponto: Rio de Janeiro, 2011

2 - CELSO FURTADO E A POLÍTICA COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Salmito Filho³

Passadas quase duas décadas da morte do economista Celso Furtado, seu pensamento ainda continua atual. Considerado um dos maiores intérpretes do Brasil, as questões por ele levantadas em relação aos desafios ao desenvolvimento e à redução da desigualdade regional continuam na agenda de debates com muita força. Além de sua contribuição acadêmica, Furtado teve a oportunidade de servir ao país e colocar em ação muitas de suas ideias, na condição de gestor público, inclusive na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE por ele idealizada, onde projetou uma condição de protagonismo para a região.

Em justa homenagem aos 100 anos de Celso Furtado, nós da Assembleia Legislativa do Ceará, por meio da Escola Superior do Parlamento Cearense - UNIPACE, e o Instituto de Planejamento de Fortaleza - Iplanfor, por meio do seu equipamento Observatório de Fortaleza, encorajamos líderes, gestores, acadêmicos e pesquisadores a, mais uma vez, jogar luzes à obra desse brasileiro que marcou o século XX. Em uma situação atípica, realizado virtualmente, durante os dias 12 e 13 de agosto de 2020, grandes pensadores da obra de Furtado compartilharam suas ideias em um seminário para um público de mais de 1.100 inscritos. Certamente, o evento em particular renovou a admiração pela obra de Furtado e seu pensamento sobre o Brasil.

³Professor, sociólogo, vereador de Fortaleza por quatro mandatos, presidente da Câmara Municipal de Fortaleza por três mandatos e, atualmente, é deputado estadual e presidente da Escola Superior do Parlamento Cearense - Unipace. Como deputado estadual, eleito em outubro de 2018, integra a bancada do Partido Democrático Trabalhista (PDT), na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, com foco para o desenvolvimento estratégico do Estado do Ceará.

Anos atrás tive o privilégio de sua convivência e, inspirado pelo seu espírito público, reconhecer minha vocação à política como serviço.

Nesse sentido, com um olhar de homem público, trago aqui alguns breves aspectos fundantes da obra furtadiana, buscando sua aproximação com os desafios que ainda são pertinentes ao Brasil, ao Nordeste e ao Ceará, especialmente aquilo que envolve a atuação do poder público.

Um aspecto definidor é como Celso Furtado estruturou uma teoria em que denunciava que o subdesenvolvimento não era uma etapa do desenvolvimento, mas uma condição estrutural em que o componente político era um dos principais fatores na definição de possíveis transformações nessa estrutura. Essa concepção questionadora constituiu uma justificativa para a criação, nos anos 1950, da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, onde ficavam claras suas ideias divergentes em relação às doutrinas econômicas predominantes. Essas ideias ajudaram a estimular a adoção de políticas intervencionistas na economia brasileira.

Suas teorias serviam para um novo repensar sobre a América Latina e sua relação histórica com o subdesenvolvimento. No caso brasileiro, o Nordeste era a expressão mais nítida da radical estrutura sustentada na desigualdade e em explicações ora econômicas, ora políticas e ideológicas, para justificar essa condição de desigualdade perante as demais regiões do país. Nesse sentido, mesmo após dezenas de anos de suas obras publicadas, a desigualdade regional ainda é um problema grave no país e parece demonstrar sinais de vigor para os próximos anos.

Em algumas propostas reunidas, em 1959, em **Formação Econômica do Brasil**, sua obra mais conhecida e referência no campo das teorias do desenvolvimento, Celso Furtado argumenta que o Estado deve ser responsável pela diversificação dos setores econômicos, além de fornecer também estruturas capazes de construir um mercado interno de consumo, de desconcentrar renda, de propor um sistema fiscal tributário que contribua

para o desenvolvimento e investimentos no país, na perspectiva de um maior equilíbrio regional.

Nessa perspectiva, o atraso do Nordeste em relação às outras regiões do país é, em boa medida, considerado um fenômeno político. As soluções reclamadas por Gonzagão e Zé Dantas, em 1953, na sua música *Vozes da Seca*, como, por exemplo, a açudagem, se mostrariam ineficazes anos depois, conforme as denúncias sobre a “indústria das secas”. Outras iniciativas, mais estruturantes, foram bem sucedidas como, por exemplo, no Ceará, ao longo das últimas décadas, tornado o Estado referência em política de recursos hídricos e convivência com a seca, demonstrando que quando há planejamento e vontade política a lógica do subdesenvolvimento se subverte, ratificando as teorias cepalinas e de Furtado.

Seu doutor, os nordestinos têm muita gratidão
Pelo auxílio dos sulistas nesta seca do sertão
Mas doutor, uma esmola a um homem que é são
Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão
“*Vozes da Seca*”(1953) - de Luiz Gonzaga e Zé Dantas

Outro aspecto relevante é que, para Celso Furtado, o problema da desigualdade regional não era uma questão apenas técnica, mas, sobretudo, política. Enfrentar essa problemática iria requerer uma vontade política nacional, decisão para realizar transformações estruturais na realidade brasileira. Para isso, Furtado entendia que a superação do subdesenvolvimento exigia um Estado nacional comprometido com as demandas da população e um acentuado processo de industrialização, de modo a retirar o país da condição exclusivamente exportadora de produtos primários. Acreditava, portanto, na necessidade de uma indústria forte, induzida pela capacidade de articulação e força do poder público.

Essas ideias inspiraram, por exemplo, iniciativas no Ceará, com o PLAMEG I e II, e os planos de desenvolvimento industrial, criados nos governos de Virgílio Távora. A industrialização e seu processo de interiorização

também se constituíram na principal plataforma de desenvolvimento para o Estado do Ceará a partir da Era Jereissati, inaugurada em 1987, e seguida por outros governos. Esse modelo se mostrou eficaz ao colocar o Ceará no mapa da indústria brasileira, aliando investimento privado com o estímulo proporcionado pelo poder público.

No entanto, os desafios da redução da desigualdade regional ainda persistem. Promover um desenvolvimento mais equilibrado regionalmente é prova de que o pensamento de Celso Furtado continua vivo e atual, ao chamar atenção para o papel do Estado na sua condição de agente mobilizador de canais e políticas públicas que induzam o desenvolvimento econômico e social mais justo. No nosso Estado os avanços são visíveis, mas ainda demandam um esforço coletivo para que possamos superar os dilemas e desafios já apontados por Celso Furtado.

Instituições cevalinas como a SUDENE, além do Banco do Nordeste e seus sistemas de financiamento, são provas de que um maior equilíbrio regional envolve o papel do Estado. A geração da riqueza cabe, por vocação, à iniciativa privada, mas induzir políticas públicas de desenvolvimento é papel essencial do poder público em suas diversas instâncias. Dentre os inúmeros e persistentes desafios que estão postos ao poder público no Brasil e, especialmente, no Nordeste e no Ceará, está o de construir um modelo de desenvolvimento regional mais justo, amparando-se em múltiplas estratégias e induzindo os mais diversos setores da economia, seja a indústria, os serviços, a alta tecnologia, o agronegócio, a agricultura sustentável ou os pequenos negócios, todos movidos pela força da boa política e do espírito republicano de boa governança. O pensamento de Celso Furtado continua vivo, o Brasil reconhece a contribuição desse grande pensador e homem público.

3 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO: HERANÇAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Tânia Bacelar de Araújo⁴

3.1 APRESENTAÇÃO

O presente artigo resume ideias centrais apresentadas por ocasião de Seminário “100 anos de Celso Furtado”, organizado pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, através da UNIPACE, em parceria com o Observatório de Fortaleza do IPLANFOR.

Como Celso Furtado o fez, em meados do século passado, mergulha-se aqui na trajetória recente do desenvolvimento nordestino para entender de onde estamos vindo, identificar elementos estruturais mais relevantes e identificar políticas públicas que se destacaram para chegar ao momento atual. Finalmente, se busca pensar em pontos centrais para o desenho de estratégias de futuro para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro.

3.2 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO: HERANÇAS ANTIGAS E RECENTES

A herança principal de séculos de Brasil primário-exportador eram as estruturas regionais específicas (arquipélago de ilhas regionais), a marca da concentração litorânea, por conta do foco exportador, e um ativo muito importante para pensar o futuro: a magnífica DIVERSIDADE REGIONAL

⁴Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade Frassinetti do Recife e em Ciências Econômicas pela Unicap, com doutorado em Economia Pública, Planejamento e Organização do Espaço pela Universidade de Paris I/Panthéon-Sorbonne. Exerceu vários cargos públicos e atualmente é professora aposentada da UFPE e sócia da CEPLAN Consultoria Econômica e Planejamento.

do país. Diversidade que fica evidente no diferenciado patrimônio ambiental, socioeconômico e cultural do Brasil.

Por sua vez, a herança principal do Brasil industrial do século XX é uma forte concentração econômica no Sudeste (em especial em São Paulo), ao lado de uma urbanização concentrada em grandes metrópoles: tal concentração doma a DIVERSIDADE.

No final do século passado e início do atual, a concentração arrefece, num movimento de desconcentração concentrada que atinge o Nordeste e no qual Fortaleza se destaca na sua porção setentrional. O tecido produtivo nordestino se transforma, abrigando novas atividades e transformando outras, o que introduz mudanças relevantes na economia regional. Os antigos complexos estudados por Furtado (o canavieiro e o gado-algodão-policultura) perdem força e se transformam, enquanto novas atividades, em especial as urbanas, ganham protagonismo. Novos polos de produção agropecuária se firmam, como os de fruticultura, de grãos, de carcinocultura, de avicultura, de apicultura, entre outros. Em paralelo, observa-se o avanço da agricultura alimentar de base familiar, que experimenta transição para novo padrão produtivo associado a agroecologia. O turismo também se expande em vários estados.

No início do século XXI, observa-se novos movimentos, como a forte valorização do salário mínimo real e o fortalecimento das políticas sociais, que favorecem regiões de maior pobreza, como o Norte e Nordeste. A ativação do consumo popular – inclusive com a ampliação do crédito – estimula o crescimento econômico regional e amplia o emprego, ao mesmo tempo em que a renda cresce, em especial a renda rural, até porque a Constituinte de 88 havia levado a Previdência ao meio rural do país. O Nordeste vive, assim, uma experiência diferenciada: uma longa seca sem tragédia social.

Além disso, o país experimenta a implementação de políticas de base territorial, que tentam dialogar com a diversidade regional brasileira, bem como a implantação de ecossistema de inovação (polos de TIC) que se

consolidam em certos territórios fora do centro industrial principal do país.

Por fim, vale destacar a emergência de novos paradigmas produtivos que dialogam com potenciais regionais, como é o caso das energias limpas, como a eólica e a solar, para as quais o Nordeste se destaca positivamente no mapa das oportunidades para seu desenvolvimento.

Nesse contexto, a tradicional emigração de nordestinos para outras regiões do país arrefece, as migrações internas se acentuam e médias cidades se fortalecem. A ampliação e interiorização de investimentos em saúde e, sobretudo, no sistema de ensino superior provocam transformações relevantes no tecido de cidades intermediárias nordestinas. A SUDENE destaca quarenta e duas, com base em estudos recentes do IBGE.

Mais recentemente, o país entra num ambiente de crise econômica, agravada pela pandemia do Coronavírus, em um contexto de prevalência de governos defensores de um ultraliberalismo que enfraquece as políticas públicas e busca desmontar o Estado nacional. Em paralelo, o país perde consistência industrial e tem dificuldades para acompanhar mudanças de paradigmas que avançam mundo a fora, revelando não ter estratégia clara para orientar sua trajetória de desenvolvimento futuro. Alguns estados nordestinos, no entanto, tentam construir suas próprias estratégias, a exemplo do Ceará, com a plataforma “Ceará 2050”.

3.3 PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

O contexto atual é desafiador. Antes da pandemia, o mundo já vinha experimentando momento de disrupção e a pandemia tende a impulsionar as transformações em curso. Poderá haver uma revisão da trajetória que prevalecia desde o final do século passado, na qual a riqueza se concentrava crescentemente e muitas pessoas tinham grande dificuldade de se inserir na vida econômica de seus países, mesmo nos mais desenvolvidos.

Já há sinalizações na direção de mudanças que se expressam, por exemplo, no debate sobre renda básica universal, na valorização da saúde, no questionamento das cadeias globais de suprimento, no avanço da economia verde, entre outras.

No Brasil, a conjuntura é adversa e muitas vezes sinaliza na direção oposta às tendências mundiais, como a desvalorização da crise ambiental, como mostra a crescente desregulamentação que marca a atuação do Ministério do Meio Ambiente, em paralelo com o desmonte dos germes do Estado do Bem-Estar, que evoluíra desde a Constituição Federal de 1988.

No Nordeste, uma novidade emerge no ambiente político-institucional, com a criação do Consórcio Nordeste, que articula os nove Governadores da região em torno da construção de uma agenda estratégica nova e na prática de parcerias e da política de compartilhamento.

Como a SUDENE, criada por Furtado no final dos anos 50, o Consórcio Nordeste é um *locus* de articulação federativa à escala regional.

A SUDENE, recentemente, construiu uma estratégia para a região e a apresentou no Plano Regional de Desenvolvimento (PRDNE), que se encontra em exame no Congresso Nacional e, em paralelo, o Consórcio Nordeste monta uma agenda estratégica que sinaliza para oportunidades e desafios para o futuro do desenvolvimento regional.

Em ambos os casos, uma premissa parece prevalecer: a de que é preciso minimizar o fato de ter perdido para o Sudeste a liderança do processo de industrialização, típica do século passado, e valorizar as tendências recentes da sociedade do conhecimento. Isso não significa desistir da indústria, mas implica em valorizar outros ativos e buscar construir novas trajetórias.

O Consórcio NE e o PRDNE (Sudene) têm sinalizado propostas que buscam dialogar com os desafios do século XXI. E identificar mudanças que tendem a se acelerar no pós-pandemia, a exemplo da passagem para a era digital, ou a transição para novos padrões produtivos, como os da indústria 4.0, ou o que ocorre na agricultura, onde a química perde força e a genética e

a biologia comandam novos padrões produtivos via produção de transgênicos ou de orgânicos.

No Nordeste, isso se dá num ambiente no qual as estruturas produtivas – conceito caro a Furtado – vinham mudando, com se destacou anteriormente. E num ambiente no qual a região busca valorizar suas potencialidades e dialogar com sua rica diversidade ambiental, socioeconômica e cultural. O potencial para a economia criativa, por exemplo, vem sendo crescentemente valorizado, e o Ceará é um dos estados onde a promoção deste segmento produtivo se destaca.

Ao focar na busca da valorização de suas potencialidades para o engate nas tendências do século XXI, o Nordeste tenta dar menor prevalência ao discurso da “lamentação”, tão caro às elites conservadoras regionais e que distorcem a imagem da região – terra dos coitadinhos, sociedade de pires na mão, ou *locus* do Bolsa Família.

Sinalizando os novos tempos, a agenda nordestina dá sinais de mudar. Um exemplo é a prioridade dada pelo Consórcio NE e pelo PRDNE a consolidação do projeto intitulado “Cinturão Digital do Nordeste”, inspirado, aliás, no “Cinturão Digital do Ceará”. Trata-se de consolidar investimentos na instalação de ampla rede básica de fibra óptica, posto que no século XXI, além de pessoas e mercadorias, circulam dados e informações que exigem infraestrutura econômica própria. Mas em ambas as agendas fica clara a preocupação com a instalação da “última milha”, ou seja, a chegada desta nova infraestrutura aos pequenos centros urbanos, à zona rural, aos lares de famílias pobres das periferias das grandes cidades. E, em especial, à sua relação com o acesso à educação, desafio que ficou fortemente evidenciado em tempos de pandemia, de aulas presenciais suspensas. Tal preocupação sinaliza para a importância do investimento na acessibilidade, com apoio firme a provedores locais (PMEs) para evitar nova e grave exclusão social.

Ao mesmo tempo, a agenda do PRDNE e do Consórcio Nordeste valorizam a inovação. Buscam, assim, tirar proveito do investimento recente

na base de C,T&I da região e na sua maior interiorização. E valorizam modelos exitosos de articulação entre a base científica e os setores produtivos de cada região, na sua diversidade. Um exemplo deste diálogo é o do CDR (Centro de Desenvolvimento Regional), com destaque para o instalado em Campina Grande/PB e patrocinado pelo CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos) do MCT&I. Outro exemplo é o debate sobre a “inovação inclusiva” que permite democratizar mudanças de padrões produtivos e elevar a produtividade da base produtiva regional – velho calcanhar de Aquiles nordestino.

Outro exemplo de mudança na estratégia de desenvolvimento regional é a aposta na sustentabilidade ambiental como lastro de geração de valor agregado, com destaque para repensar a estrutura socioprodutiva do amplo espaço semiárido. Mais uma vez, o Nordeste volta a se inspirar em Furtado, para quem o grande problema da seca tinha a ver menos com a escassez e irregularidade das chuvas e a concentradora política de investimentos em açudagem, e mais com a estrutura socioprodutiva que se reproduzia há séculos nessa região.

Busca-se, agora, promover a instalação de uma nova estrutura socioprodutiva, inspirada na diretriz da convivência com o semiárido, lastreada em estudos como os que realiza o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), que sinaliza para o avanço da bioeconomia e parte da rica biodiversidade do bioma caatinga, visto como reservatório genômico de produtos e serviços a serem ofertados à sociedade. Produtos fitoterápicos, alimentos saudáveis, cosméticos, novos materiais, são exemplos de possibilidades, algumas já em curso na região.

Busca-se também aproveitar bem o elevado investimento feito recentemente no projeto de transposição das águas do rio São Francisco para as bacias do Nordeste oriental, perenizando rios intermitentes. A obra ousada tem potencial para se transformar num EIXO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE ORIENTAL (como propõe o PRDNE), associando aos

canais, a energia solar e eólica e novas bases produtivas.

Aliás, a ampliação dos investimentos em energias limpas, com destaque futuro na fotovoltaica distribuída, está na agenda recente do desenvolvimento nordestino.

Por sua vez, as novas agendas incluem prioridade ao investimento nas capacidades humanas, enfrentando o desafio das mudanças em curso no mercado de trabalho em decorrência de novos padrões produtivos, e aproveitando, em especial, os investimentos em Educação, nos três níveis, com base em exemplos exitosos de estados como o Ceará (ensino fundamental) e Pernambuco (ensino médio), e no potencial acrescido pela presença das Universidades e Institutos Federais no Nordeste atual.

Finalmente, volto a destacar a importância de apostar em potenciais latentes e antes pouco apoiados, como os que lastreiam a Economia Criativa, que impulsionam vários segmentos produtivos ligados à rica e diversificada produção cultural nordestina. Um exemplo recente é o destaque para a produção de cinema que tem levado produtores regionais à obtenção de prêmios de destaque mundo a fora. E que geram muitos empregos na cadeia produtiva em tempos de crise do mercado de trabalho.

4 - UMA AGENDA PARA O NORDESTE SUPERAR PRECONCEITOS E AVANÇAR DE FORMA ACELERADA

Francisco de Queiroz Maia Júnior⁵

O pensamento de Celso Furtado, de que a Região Nordeste do Brasil não deveria permanecer acorrentada ao subdesenvolvimento e poderia avançar da sua economia de tradição primária para uma base econômica industrial mais pujante, encontrou grande receptividade no Ceará, influenciando uma geração de acadêmicos e lideranças políticas.

Eleito governador (1963/1966), Virgílio Távora lançou o primeiro Plano de Metas do Governo (Plameg I), já com base em muitas premissas formuladas por Celso Furtado, direcionando esforços para consolidar uma infraestrutura para o desenvolvimento industrial e mecanismos de atração de empresas, como o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI).

A partir desse movimento, chegou ao Ceará a energia de Paulo Afonso, a construção do Porto do Mucuripe, uma planta de processamento de petróleo (Lubnor) e o primeiro distrito industrial do Ceará (Maracanaú) que, conjuntamente com o FDI, viabilizaram a instalação de indústrias têxteis, de calçados e também do segmento de metalurgia, principalmente.

Décadas depois, o pensamento de robustecer a infraestrutura para alavancar a atividade industrial ainda estava presente, e resultou na construção do Porto do Pecém, no reforço dos sistemas hídricos e de transmissão de energia cearenses e as primeiras experiências no País de produção de energia eólica – hoje uma realidade de dinamismo inquestionável.

⁵Graduado em Engenharia Civil pela UFC e em Administração de Empresas pela UECE. Entre 2003 e 2006, foi vice-governador do Estado do Ceará e Secretário de Planejamento. Exerceu as funções de Diretor do DERT e Secretário de Estado das Secretarias de Transportes, Energia, Comunicações e Obras; Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; e de Infraestrutura. Atualmente, é Secretário do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (Sedet).

É possível que Celso Furtado visse, hoje, com satisfação, o esforço que o Ceará fez para sair de uma economia primária para a atividade industrial. Mas é quase certo também que, com seu olhar aguçado, observasse que os avanços não chegaram na velocidade desejada e com os efeitos esperados no Ceará e em outros estados da Região Nordeste.

A grande maioria dos mais de 53 milhões de nordestinos ainda vive numa região onde prevalece a pobreza e a concentração de renda – e inseridos num País também subdesenvolvido e socialmente muito desigual. Com o agravante de que não há uma política nacional consistente para promover o desenvolvimento do Nordeste do Brasil.

Aquele velho preconceito de que o Nordeste é inviável economicamente – e contra o qual Celso Furtado lutou – ainda prevalece. Inexiste projeto nacional para dinamizar o potencial da Região e sobram desconhecimento e indiferença. Quando algo é direcionado ao Nordeste vem sempre de forma emergencial ou carimbado como favor.

Talvez isso explique por que os estados nordestinos, apesar dos seus esforços, não avançaram no ritmo pretendido. Contudo, ao longo dos últimos anos, acontecimentos globais estão repercutindo na porção nordeste do Brasil e criando oportunidades que sequer uma inteligência como Celso Furtado poderia prever quatro ou cinco décadas atrás.

Se antes o desafio da Região era saltar de uma atividade primária e de subsistência para um patamar industrial, atualmente a batalha é para avançar desta para a “nova economia” – calcada no conhecimento, na inovação tecnológica e em novas formas de produzir e distribuir, além da devida atenção a questões como sustentabilidade ambiental.

E em relação a essa nova economia, o Nordeste pode avançar sem depender diretamente da tutela do poder federal ou seus custosos favores. Tome-se como exemplo o Ceará, que está instalando seu décimo quinto cabo de fibra óptica submarino, de um total de 19 previstos, e se conectando em alta velocidade com os principais mercados do mundo.

Ou seu potencial de geração de energias renováveis, com projetos previstos de geração eólica no mar (*off-shore*) que podem produzir o equivalente a meia Usina de Itaipu – a segunda maior hidrelétrica do mundo. Também o conhecimento de uma rede de universidades e centros de pesquisa aplicado a atividades tradicionais, a exemplo da agropecuária.

Conhecimento que está permitindo ao Ceará produzir trigo no semiárido, algodão livre da praga do bicudo, cacau com excelente rendimento, flores e frutas. Que favoreceu o aumento de 63% na produção de leite, entre 2015 e 2019, e embala a economia do mar, na qual o estado vem revelando imenso potencial de mercado.

Assim como o Ceará todos os estados nordestinos têm seus potenciais e devem buscar inserção nessa nova economia – que já está rodando, mas tem sempre capacidade de se reinventar e acolher novos atores. Está evidente que essa inserção será tão mais competente se estiver coordenada com um projeto nacional de desenvolvimento.

Mas enquanto o País permanecer paralisado, em meio a polarizações políticas, convém aos estados nordestinos buscar união, encontrar sinergias e agrupar inteligências para consolidar um projeto de desenvolvimento regional. Um passo considerável nesse sentido foi dado durante a pandemia da Covid-19, quando os governadores se reuniram em consórcio.

Iniciativas desse tipo podem dar musculatura política à Região, cujos estados precisam deixar de lado as incertezas das transferências voluntárias de recursos do poder central (Brasília) para mirar projetos que integrem e dinamizem suas economias. Sinalizações nessa direção estão em andamento, com as águas do rio São Francisco e a Ferrovia Transnordestina.

Mas outras iniciativas precisam vir, em mais volume e em maior velocidade para que essa parte substancial da população do território brasileiro alcance um patamar de desenvolvimento aceitável. Creio que pensar em unir a Região Nordeste em torno de um projeto bem elaborado de desenvolvimento seria a justa forma de reviver a memória e a luta de Celso Furtado.

5 - NORDESTE: O QUE VEM PELA FRENTE? DESAFIOS NO CURTO PRAZO

Roberto Smith⁶

O discurso de Celso Furtado, proferido na cerimônia de recriação da Sudene, no BNB, em 2004, assinalava que os tempos eram outros. *“Para captar a lógica da economia nordestina, é necessário perceber o essencial da realidade nacional. Isso aí é o que é mais difícil”*, afirmava Furtado, *“porque não se pode pensar o Nordeste sem pensar o Brasil”*. Na ocasião, aconselha ao novo governo: *“Aquele problema cuja solução requer talvez mais imaginação é o da distribuição de renda”*.

A integração da economia regional à economia nacional, fruto da “modernização conservadora”, era um fato inconteste, onde os processos conjunturais apresentam-se, até hoje, fortemente correlacionados. Apesar disso, permanecem presentes ainda diferenciais importantes. Isso implica no que vem pela frente e os desafios devem ser analisados do ponto de vista nacional.

Para Celso Furtado, a redução no ritmo de crescimento em épocas de crise acentua os problemas políticos, prevalecendo sobre os demais, inclusive os econômicos. Após o seu falecimento, em 2004, seus vaticínios foram vivenciados a partir de 2014, quando a crise que ocorreu, como rebatimento da crise financeira mundial, fez com que o país mergulhasse num embate político agudo. Nesse contexto, foi deposta uma presidente legitimamente eleita, destruídos direitos dos trabalhadores, cortado o campo de ação dos

⁶Graduado em Administração de Empresas pela USP e em Economia pela Universidade Mackenzie, com mestrado em Economia pela UFC e doutorado em Economia pela USP. Foi presidente do Banco do Nordeste, da ALIDE e da ADECE. Atualmente é professor do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da UFC.

sindicatos, destruídos vetores importantes de estruturas produtivas e de serviços especializados. Articularam-se os meios jurídicos, midiáticos e sociais para afastar os partidos que se encontravam no poder e promover o advento de uma ação econômica ortodoxa, com medidas de caráter recessionista, que reforçaram a crise econômica.

O mapa eleitoral do país, no entanto, pareceu fazer ressurgir aquele Nordeste diluído em meio às explicações do desaparecimento das regiões. O Nordeste se tornou protagonista desse diferencial regional, expresso nas urnas em 2018, erigido em condição de força de resistência de governadores eleitos, num amplo espectro de apoio social.

A essa crise nacional veio se somar, a partir de março de 2020, o quadro da pandemia mundial da Covid-19, com drástica desarticulação produtiva e de serviços, impondo pesados ônus à sociedade e à estrutura econômica e fiscal do Estado.

Decorridos cinco meses de convivência com a dupla crise, o centenário de Celso Furtado, que ora se comemora, tem desencadeado intensa reflexão, onde se busca nele inspiração a partir de seus ensinamentos. Assim como Furtado, sabemos que não existe saída que busque inclusão social, desenvolvimento e afirmação de soberania nacional dentro dos receituários impostos pela ortodoxia econômica.

Celso Furtado vem reiterando, desde 1954, que a inflação atenta para dois problemas: elevação do nível de preços e redistribuição de renda, que ele enfatiza não se tratar de problemas autônomos. No entanto, o “*mainstream*”, com o beneplácito do FMI, insiste em tratar esse sempre presente fantasma na nossa economia como sendo um fenômeno de expansão da renda monetária. Contudo, essa expansão, adverte Furtado, é apenas o meio pelo qual se dá a luta pela distribuição de renda. Observa que é por isso que a visão monetarista do fenômeno leva sempre a uma política deflacionista, recessiva, onde alguns setores ganham muito em detrimento da massa assalariada e terceirizada. A aceitação dessa doutrina econômica levou à situação presente, afirma Furtado,

focando o seu olhar para o então apogeu das décadas perdidas, “*em que se programa uma recessão, de elevado custo social, para curar-se uma inflação de preços, mediante forte endividamento externo*”.

Assim, a história da ortodoxia vem se repetindo, pode-se afirmar, diabolicamente, com ações que operam como agentes da propagação da miséria e da desigualdade social, com o enriquecimento de poucos. Esta ortodoxia foi, muito a contragosto, e com grande vacilo, deixada de lado por força da pandemia por se tratar de estado de calamidade.

Por um lado, a economia do país vem sendo vista como se estivesse sob ameaça inflacionária devido à brusca elevação da dívida pública na crise (vide a última reunião do COPOM em 5/08/2020). Por outro lado, o endividamento externo não constitui mais um fator limitante ao combate dos desequilíbrios econômicos. Pelo contrário, podendo as reservas internacionais do país vir a se tornar fonte de recursos adequados em meio à crise. Vejamos.

Preveem-se tempos de instabilidade econômica, fiscal, continuidade do desemprego, devido, principalmente, à flutuação dos indicadores da pandemia. Nesse sentido, as previsões para a queda do PIB são inusitadas na história do país, entre -6,5%(FOCUS) e -9,0%(FMI). Inflação projetada das mais baixas que já se teve, prevista para 1,65%. A SELIC em 2,0%. O câmbio desvalorizado, ainda num patamar adequado, e a Balança Comercial com saldo projetado de US\$55 bilhões (COMEX). A PNAD aponta para um desemprego crescente, daqueles que ainda buscam emprego, e apenas 49,5% da População em Idade Ativa encontra-se trabalhando. A situação fiscal tenderá a se deteriorar até o final de 2020, e a relação entre a dívida pública e o PIB, que era de 75,8%, em 2019, poderá chegar a 93,7%, em 2020, ou mesmo a 102,3% do PIB, como prevê o FMI.

No entanto, todas as projeções do comportamento da dívida partem do pressuposto que a norma do teto de gastos (Emenda Constitucional 106/2020) será mantida. Estabelece, pois, uma camisa de força que veda a aplicação de políticas antirrecessionistas, que deveriam ser enfrentadas, a

partir do Estado, num horizonte mais duradouro, adotando-se, sim, regras de controle pertinentes, não dogmáticas e dotadas de credibilidade.

Preocupa o que irá ocorrer com as finanças estaduais durante este segundo semestre de 2020, com o recrudescimento do *déficit* fiscal. À presença de um componente nevrálgico de incertezas, elevado desemprego e ociosidade do setor industrial, que impacta segmentos com forte presença no Nordeste, poderá vir a se incorporar à provável insuficiência de aporte de recursos federais. Nesse quadro geral da economia, apenas as exportações de *commodities* oferecem uma perspectiva positiva, vinculadas à previsão de crescimento da economia chinesa.

Qualquer rompimento com a ortodoxia implica em mudança na forma de atuação do Estado, levando à criação das condições para que haja expansão dos investimentos governamentais destinados a interromper o processo de recessão. Uma política econômica que busque ampliar a proporção dos investimentos estatais em relação ao PIB, de forma sistemática, e que gere um processo continuado de realimentação, deverá se confrontar com as dificuldades políticas que ora se atravessa. Deverá também requerer criatividade, objetividade e legitimidade política. Produtos difíceis de serem encontrados atualmente na prateleira das virtudes. A falta de confiabilidade jurídica, e de estabilidade política, encontra-se no cerne das dificuldades das mudanças necessárias, além do imbróglgio que se tornou o que deveria ser um avanço sério e responsável da reforma tributária. É difícil conceber uma mobilização de capitais privados na atual conjuntura, prenhe de incertezas, ainda que haja excesso de liquidez no mercado.

Ao contrário da realidade enfrentada por Celso Furtado, o país dispõe de reservas internacionais consideráveis, sendo o nono país no *ranking* mundial de reservas, dispondo de USD 336,8 bilhões (R\$ 1,75 trilhão). Essas reservas representam um valor que foi adquirido através de dívida pública, que inclui um custo de carregamento não desprezível.

A possibilidade de internalização gradual de parte das reservas

internacionais tem alimentado um debate que é anterior à emergência da pandemia [7]. Traz em si dois posicionamentos que espelham correntes de pensamento distintos: a sua aplicação no financiamento de investimentos, notadamente em infraestrutura, ou a sua utilização para abatimento de parcela da dívida pública [8]. A transferência de parte das reservas internacionais, não estratégicas, deve permanecer em foco. Poderá ser instituída sob a forma de um FIP — fundo de investimentos e participações, público e privado, constituído em moeda doméstica, através do qual seriam subscritas debêntures envolvendo projetos de infraestrutura. Ensejaria menores custos de carregamento, sem incorrer em risco cambial. As operações de recuperação da alquebrada infraestrutura do País poderiam vir a ser um estímulo mais imediato de recuperação da economia e do emprego, com requerimentos de incorporação de padrões tecnológicos mais avançados. Investimentos em infraestrutura poderiam reunir projetos oriundos dos estados e exigiriam retorno viável no longo prazo. Nesse sentido, alguns estados, como o Ceará, já se encontram em estágio mais avançado de concepção de seu potencial de investimentos, com o aproveitamento de seu planejamento de longo prazo, para as ações cabíveis no curto prazo, tanto do Fortaleza 2040 como do Ceará 2050, tendo a seu favor uma gestão tributária e fiscal reconhecidamente meritória, que tem sido destaque na Federação.

⁷SMITH, Roberto. Reservas internacionais do país: fonte de crescimento econômico? Publicado pelo Conselho Regional de Economia do Ceará, 12/04/2020.

⁸CARNEIRO, Ricardo e MELLO, Guilherme. As reservas internacionais e os mitos da ortodoxia. São Paulo: Jornal GGN, 2017; CASAL JUNIOR, M. O colchão do crescimento: como as reservas cambiais do Brasil podem ser usadas para sustentar a recuperação da economia. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/o-colchao-do-crescimento>; PELLEGRINI, J. Reservas internacionais: nível adequado, custo fiscal de carregamento e uso no resgate da dívida pública. Disponível em: <https://www.esaf.fazenda.gov.br>

6 - CEM ANOS DE CELSO FURTADO

Rubens Ricupero⁹

Nada melhor para começar meus comentários que dar a palavra ao próprio Celso. Escrevia ele em 1982:

“Devemos aceitar a crescente internacionalização dos circuitos monetários e financeiros, com a conseqüente perda de autonomia das decisões, e fazê-lo numa fase em que o protecionismo dos países centrais se reafirma? Teremos de renunciar a uma política de desenvolvimento? Que conseqüências sociais devemos esperar de uma prolongada redução na criação de emprego?”

Publicado há 38 anos, esse é um dos textos estranhamente proféticos que soam agora mais atuais do que na época em que foram escritos. Naquele longínquo ano do começo da crise da dívida externa, no melancólico ocaso do regime militar, apenas começavam a se esboçar, de forma confusa, as tendências que a poderosa inteligência analítica de Celso Furtado desvendava com absoluta lucidez.

O texto é extraído de *A Construção Interrompida*, título que antecipava o que, em nossos dias, se converteu em triste realidade: a desindustrialização avançada, a dependência cada vez maior das exportações de produtos primários, o desemprego estrutural estacionado em taxas de mais de dois dígitos, a volta da “questão nacional”, da viabilidade ameaçada do projeto nacional.

⁹ Diplomata de carreira, ocupou a chefia das embaixadas do Brasil em Genebra, Washington e Roma. Atuou como Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia e Ministro da Fazenda no governo Itamar Franco e como Subsecretário Geral da ONU. Atualmente é diretor da FAAP, em São Paulo.

Hoje, mais fortes e definidos que quatro décadas atrás, esses traços bastam para confirmar a indiscutível **atualidade** do pensamento de Celso, sua permanente validade como luz para iluminar o Brasil problemático em que vivemos.

Como segunda marca inconfundível desse pensamento, gostaria de assinalar sua irredutível **originalidade**. Antes e depois de Celso Furtado, o Brasil produziu economistas de valor, neoclássicos, liberais ortodoxos e neoliberais. Foram intelectuais respeitáveis, mas pode-se afirmar sem nenhum desdouro, que não passaram de epígonos, de ilustradores competentes de doutrinas, escolas de pensamento formuladas fora do Brasil e com escassa referência à nossa realidade.

Provavelmente, por essa razão, esses economistas, mesmo quando alçados a cátedras de universidades estrangeiras, tiveram repercussão e influência insignificantes na evolução das ideias econômicas mundiais.

Celso, em contraste, se distinguiu pela inovação, pela originalidade de um pensamento profundamente pessoal, ancorado no chão da realidade brasileira e latino-americana. Tornou-se, assim, de longe, o pensador econômico brasileiro de maior impacto fora do Brasil, traduzido, editado e admirado em inúmeras línguas, contribuindo para formar grandes economistas em nações em desenvolvimento, de estrutura comparável à nossa.

Rivaliza nesse sentido com Raúl Prebisch, do qual foi o principal colaborador. Prebisch costumava dizer que devíamos ler e estudar com interesse as teorias vindas do Norte porque continham muita coisa de valor. Deveríamos fazê-lo, contudo, a partir de uma perspectiva crítica da realidade latino-americana, buscando distinguir nessas teorias o que poderia ser válido para nós.

Graças a essa originalidade de visão é que Celso Furtado se tornou, como escrevi há tempos, o mais **“globalizado”** dos economistas brasileiros, no sentido daquele que, sem contestação, obteve maior reconhecimento e exerceu mais influência que qualquer outro.

Globalizado possui também uma outra acepção, a do pensamento mais **abrangente, totalizador, compreensivo**, de todos os economistas que se debruçaram sobre a história da economia brasileira, desde a Colônia. Há até um aparente paradoxo no destino de um intelectual que se celebrizou, de início, pela contribuição à compreensão do fenômeno regional, no caso, da região Nordeste, mas que, ao mesmo tempo, pensou o país dentro do contexto mais universal e abrangente possível, o da inserção do Brasil no sistema-mundo.

No mesmo dia em que Celso nos deixou, escrevi um obituário para a *Folha de São Paulo*, no qual lembrava a morte, meses antes, do grande pensador italiano Norberto Bobbio. Ao noticiar na manchete da primeira página a perda de Bobbio, o grande cotidiano de sua cidade *Turim*, *La Stampa*, proclamava: “*Morre Bobbio, o intelectual de uma outra Itália*”. Parafraseando o jornal italiano, poderíamos ter escrito que perdíamos Celso, o intelectual de um outro Brasil.

Celso Furtado foi o intelectual de um outro Brasil, no sentido de que ele fechou, de fato, um ciclo da história intelectual dos que pensaram o Brasil acreditando que se pudesse ainda falar na construção de um país, daí tendo surgido o título de sua obra *A Construção Interrompida*. Nessa época, havia ainda os que acreditavam na possibilidade de um projeto nacional, que fosse possível pensar o destino de um país com um mínimo de clareza, como uma estratégia a longo prazo.

Tudo isso praticamente se encerra, em definitivo, com ele por haver sido também, de todos os grandes intérpretes do Brasil, o último a nos deixar. Dentro dessa feira de intérpretes do Brasil, ele escolheu não se filiar àqueles que privilegiaram os fatores internos da formação brasileira – como Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Celso preferiu privilegiar os fatores internacionais da formação do Brasil, no que se aproxima muito de Caio Prado Júnior, o que se vê bem, sobretudo, em sua tese de doutoramento.

Tanto Caio Prado Júnior como Celso Furtado viam o Brasil como

uma peça secundária do grande sistema do capitalismo mercantilista europeu, que estabeleceu no país, como em outras colônias tropicais, unidades de produção, grandes latifúndios com mão-de-obra escrava, especializadas em produzir *commodities* tropicais para os mercados europeus. A história do Brasil é inseparável dessa precoce inserção no mundo.

Por esse motivo, Celso via, com muita clareza, o que muitos hoje esqueceram: que, quando se fala que o caminho do desenvolvimento passa pela integração no comércio mundial, é preciso qualificar a afirmação. Não se trata, com efeito, de qualquer integração por si mesma porque, integrado, o Brasil sempre foi. Nosso país nasceu como uma etapa da expansão do capitalismo mercantilista europeu. Não é por acaso que somos o único país a ter o nome de uma *commodity*, o pau-brasil, nome do primeiro produto de exportação que tivemos.

Fomos um país profundamente inserido no sistema mundial de comércio durante três séculos e meio, porque praticamente tudo o que se produzia de açúcar e, mais tarde, de ouro, diamantes, cacau, borracha, café, se exportava quase na íntegra. Não se poderia, portanto, imaginar um país mais inserido, mais integrado no sistema mundial de comércio do que o Brasil.

Ora, o que Celso e Caio Prado perceberam era que as mesmas forças que nos integravam no mundo, nos desintegravam internamente, paradoxo que se prolonga até hoje. Os dois elementos centrais do sistema – a concentração da propriedade no latifúndio e a mão de obra escrava – constituíam poderosos fatores de desintegração social. Nada, efetivamente, desintegra mais uma sociedade do que dividi-la entre senhores e escravos, sujeitos de direito e objetos de direito; nada desintegra mais uma sociedade do que dividi-la entre poucos proprietários de terra e uma multidão de meros fornecedores de trabalho.

É interessante como Celso demonstra de que maneira o sistema anterior se rompe com a industrialização. É a industrialização que vai pôr em marcha um movimento que começa a articular as regiões diversas do Brasil, que

antes se integravam ao mundo separadamente, cada uma com seus circuitos próprios, mantendo entre si muito pouco intercâmbio. A industrialização é que vai, finalmente, lançar o processo de criação do mercado interno, por sua vez, responsável pelo grande dinamismo do crescimento brasileiro, a fase de ouro que dura desde os anos 20, 30 até o fim dos anos 70.

A perda desse rumo marca muito os últimos livros de Celso Furtado, um dos primeiros a detectar com precisão as características da globalização econômica em vias incipientes de formação, na época em que escrevia. Há uma conferência dele, proferida em 1983, em São Paulo, e transcrita parcialmente em *A Construção Interrompida*, em que isso já está muito claro.

Há passagens desse livro antecipatórias do que viria a suceder mais tarde, passagens antológicas, como boa parte da obra dele é antológica. Celso possuía um estilo lapidar, era um escritor humanista, como dizia Hélio Jaguaribe. Era também um grande artista. Vemos isso no gosto que demonstrava na escolha dos títulos, seu enorme poder de fixação de títulos: *A Fantasia Organizada*, *A Construção Interrompida*. Escrevia muito bem, mas com extrema economia de meios, em textos compactos, incisivos, que lembram às vezes o admirável estilo de Abraham Lincoln.

Os textos de Celso são densos e quase cada frase merece virar peça de antologia. São realmente lapidares. Não há gordura, não há excesso no que ele escreve. Não podendo melhorar o que ele disse, quero ler, para concluir, dois ou três parágrafos de *A Construção Interrompida*. Um desses parágrafos, que me parecem fundamentais, está na página 32, quando ele diz:

“Ora, a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas.”

Em seguida, prossegue:

“Em um país ainda em formação como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá, quase necessariamente, as tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional.”

À luz do pensamento de Celso Furtado, o tema verdadeiramente decisivo neste momento, mais do que qualquer outro, é saber de que maneira vamos decidir nossa estratégia de crescimento futuro. Vamos persistir na ilusão de que o fator dinâmico virá apenas da economia internacional?

Ou, ao contrário, seremos capazes de compreender que, no mundo atual, em países continentais como o Brasil, os exemplos de maior êxito de desenvolvimento econômico se deram pela harmonização de um crescimento interno dinâmico com a inserção qualitativa na economia mundial, que permita a inclusão das massas excluídas do processo de desenvolvimento?

Da resposta a essas questões, depende a retomada da construção interrompida do Brasil.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. **A construção Interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

7- PROJETO E AGIR ESTRATÉGICO: CELSO FURTADO INTELLECTUAL PÚBLICO, CIENTISTA SOCIAL E UM PENSADOR DA CONTEMPORANEIDADE

Pedro Claudio Cunha Bocayuva¹⁰

7.1 INTRODUÇÃO

Neste aniversário de 100 anos do nascimento deste grande quadro político e intelectual temos de nos orientar a partir da sua visão crítica sobre o poder derivado das formas hegemônicas da acumulação capitalista. O poder do capital transnacional se exerce como um condicionamento sobre o espaço das periferias no sistema mundo. A abordagem da dependência, no quadro mais amplo de uma teoria do desenvolvimento, permite pensar as relações internacionais do Brasil desde o alcance mundial de sua obra. A sua “navegação venturosa”, como bem definida na imagem elaborada por Francisco (Chico) de Oliveira, nos faz aportar em referências, experiências e análises que, felizmente, estão expressas na forma de um vasto registro de obra escrita. Se alguém teve a obra marcada pela forma sistemática, requintada, rigorosa, com esmero literário e com clareza científica, esta pessoa foi Celso Furtado.

7.2 A QUESTÃO

A pergunta sobre o que pensar do quadro internacional na relação com os 100 anos de Celso Furtado remete a uma reflexão que acompanha o

¹⁰Licenciado em História, mestre em Relações Internacionais e doutor em Planejamento Urbano e Regional pela PUC-Rio. Professor do Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH) do NEPP-DH/UFRJ. Coordenador do Laboratório da Conjuntura dos Direitos Humanos à Cidade e Territórios (LDCT).

percurso do autor e sua obra. Neste artigo pretendemos articular o percurso intelectual e a vida de Celso Furtado, com a noção de projeto relacionando a obra e o contexto, a contribuição como intelectual e a projeção estratégica de seu pensamento para lidar com o fato de que estamos diante do colapso da modernidade do sistema-mundo do capitalismo transnacional, colocando em questão as narrativas hegemônicas. Na atualidade, já é possível fazer um balanço provisório de uma obra que consegue acompanhar o processo que relaciona o Brasil e o mundo na longa duração, desde as conjunturas que se desdobram a partir da Segunda Guerra Mundial. Celso Furtado nos dá um roteiro seguro para pensar a modernidade do mundo, numa construção sólida, cimentada por uma ética da responsabilidade temperada com a convicção, o que faz dela a mais influente e elaborada referência para informar e estruturar um debate sobre a economia política do desenvolvimento, o Estado Planejador e os desdobramentos teóricos e práticos das transformações no sistema-mundo. Obra na qual se destaca a marca de origem de seu projeto, de desvendar o quadro dos obstáculos para o Brasil superar a condição de dependência. A qualidade de seu trabalho vem desde o ponto inaugural, quando interpreta a formação nacional na perspectiva do sistema e da estrutura da economia internacional, que tem relação com o impacto mundial do Brasil. Esta obra alcança o seu refinamento com uma elaboração e avanço antecipador do balanço crítico da transnacionalização, na sua interrogação sobre os limites e contradições do progresso industrial como portador de bem-estar.

Como veremos, o tema do desenvolvimento desigual, na chave da dialética histórica do desenvolvimento capitalista, deve ser entendido fora da chave determinista, através de uma teoria crítica do crescimento econômico e da industrialização construída na virada paradigmática, que destaca a centralidade da dimensão cultural, desde um olhar com base filosófica, capaz de resgatar os aspectos antropológicos e ontológicos da questão tecnológica.

Como veremos, Celso Furtado consegue realizar este percurso, desde a afirmação do potencial transformador, que nasce da liberação e autonomia da capacidade de criação institucional, de potência libertadora, que parte da tensão entre criatividade e ruptura com os determinismos tecnológicos e a razão abstrata da lógica da acumulação de capital ou do que chamou de a nova dependência.

A história de Celso Furtado nos coloca diante da reflexão sobre um agir humano disposto a fazer diferença na História, mas com uma postura contrária a qualquer determinismo. Esta marca de afirmação pessoal, pelo rigor científico na defesa do protagonismo dos sujeitos políticos na criação histórica, é decisiva, como afirma nos seus cursos sobre teoria do desenvolvimento por conta da definição do papel da política como síntese das relações de poder na vida social.

Poucos intelectuais puderam expressar, com tanta riqueza, os engajamentos e os desafios da experiência do jogo do mundo como Celso Furtado. Deve ser menor ainda o número dos grandes cientistas sociais, economistas e pensadores que conseguiram, como ele, dar sentido aos seus projetos de vida numa relação tão direta com os engajamentos mais avançados de seu tempo. O mais surpreendente é a consciência prematura desse compromisso, com a marca da vontade de construir um projeto no sentido mais forte que encontramos na filosofia existencialista do pós-guerra. O projeto entendido como a materialização da liberdade que se faz como a existência em ato, materializado no seu desdobramento em obra relacionada com as exigências de sua época. O cruzar da situação com a vontade do sujeito representa um desafio que tem em Celso Furtado um resultado que podemos acompanhar nos seus próprios escritos, desde a sua inquietude juvenil, com uma qualidade que nunca perdeu e da qual podemos sorver como uma fonte de inspiração, sabedoria e indicações para enfrentarmos as tarefas deste século XXI, quando a espécie humana se encontra diante de uma era de incertezas ante uma crise da narrativa histórica e com uma crise de futuro, como uma

espécie de inverso simétrico em relação às forças que determinaram a segunda metade do pós-Segunda Guerra Mundial.

O dever de estudar a obra de Celso Furtado salta aos olhos, por força do quadro sombrio destes tempos de “modernidade líquida”, em que se abandonou o projeto de nação e se avança na destruição da importância do conhecimento científico, com o esforço de anulação da consciência da história, da dimensão temporal e da possibilidade da mudança estrutural. A globalização neoliberal, os dilemas do desenvolvimento e a crise do poder internacional, agravadas como crise das democracias e como traumas ecológicos e epidemiológicos, nos coloca ante o problema ético da responsabilidade do como superar as desigualdades? Como fazer um questionamento do modo de desenvolvimento da globalização neoliberal? Como resgatar a consciência histórica sem reafirmar, como Celso Furtado, o direito ao protagonismo e à necessidade da autonomia dos indivíduos e da autodeterminação dos povos em matéria de reprodução da vida social?

7.3 O MÉTODO

A recente publicação de seus Diários Intermitentes (Intermitentes/1937-2002), sob a batuta e o cuidado da costura e das indicações precisas das passagens escritas por Rosa Freire D’Aguiar, nos permite uma leitura que completa a obra de Celso Furtado. Insistimos na chave da singularidade digna de uma biografia existencialista, ao gosto de Jean-Paul Sartre e da sua Questão de Método, lembrada por Celso Amorim no Seminário. A sua honestidade extrema, a sua vontade firme, o trabalho duro e o brilho da sua inteligência se revelam com a força que une o desejo de saber, a busca por se destacar e a força de uma obra-processo que sempre se renovou em projetos, livros e ações. Homem de ação pública, engajado nas tarefas do seu tempo, confirmou a possibilidade intelectual e moral de romper

com as determinações da miséria do real, da estreiteza humana e mental, com a construção de um projeto intelectual monumental, que se relacionou com um estilo de ação qualificada, marcado por um método cujos conceitos se revelam no desdobrar da obra. Por isso, o debate dos caminhos do cientista e do quadro planejador do Estado se confirmam nas atitudes e propostas, como quadro político e Ministro (do Planejamento, antes de 1964, e da Cultura, vinte anos depois) e, finalmente, como teórico da economia política do desenvolvimento.

Celso Furtado precisou avançar na interrogação da questão da cultura, através da reflexão histórica e filosófica em face das exigências de avaliação crítica, do impacto do desenvolvimento transnacional do capital. O autoritarismo e o colapso evidente das matrizes, instituídas pelo desenvolvimento do subdesenvolvimento, se revelou na sistematização dos estudos sobre os modos e trajetórias dominantes de desenvolvimento, ou seja, pelo efeito desigual da via da acumulação de poder, segundo os cânones da economia política do capital. Nos seus estudos, levou em conta as diferentes vitórias e avanços dos distintos países nas vias que encontraram, saídas diferenciadas no esforço de superar etapas ou de desviar de caminhos estabelecidos, que ilustram sua reflexão pela via da análise comparativa e da perspectiva histórico-geográfica do tema do desenvolvimento, temática que se manteve ao longo de toda sua obra. Mas é depois de mostrar o conhecimento e de realizar a experiência da teorização sobre a variedade prática do agir estratégico e do planejamento econômico em vários países que Celso Furtado empreende a busca de novos caminhos desde a interrogação filosófica.

Na reflexão sobre o novo horizonte bioético, ecológico, sob o impacto do feminismo, abre-se novo questionamento do devir mundo, incluindo a possibilidade da via possível, novidade da via chinesa. Desta forma, consegue-se ir ampliando os referenciais para sintetizar as preocupações com a problemática dos desafios do processo civilizatório e dos seus dilemas, que exigem uma síntese e um avanço conceitual. Para pensar as relações

internacionais e a construção de uma política de desenvolvimento, com caráter cooperativo, integrativo e tendo em conta a interdependência com suas assimetrias, é preciso estabelecer um quadro geral, que os ministros Rubens Ricupero e Celso Amorim realizaram, ao identificar as variações dos poderes soberanos. Temos de levar em conta o trabalho de análise de Celso Furtado sobre abrir o leque da leitura da transnacionalização, para melhor compreendermos os condicionamentos e as desigualdades das trajetórias nacionais, para destacar as grandes tendências que orientam a disputa e a formação do poder de decisão no sistema internacional.

Mas a variação da política externa do Brasil depende do contraste entre repetir e se subordinar às tendências impostas pelos processos dominantes, ou a busca de imagens de autonomia para se desviar ou interpelar o movimento estrutural de tentativas de implantar uma nova dependência desde outras bases, alianças e ideias relacionadas com o projeto da via única neoliberal. Como sair da situação de nova dependência se vivemos no interior da falsa racionalidade dominante, a que repete a separação entre a decisão política da dimensão da cultura e, desta forma, anula a potência criativa sem a qual é impossível uma reorientação do agir estratégico e a política internacional. As reformas neoliberais não passam de um conjunto de desmontagens e destruição de alianças e dispositivos, de destruição das margens de autonomia relativa dos países com a repetição do devir desigual, o que articula o colapso das nações com falsos milagres, em quadros cada vez mais estreitos de mobilidade social. No quadro geral que se monta por força da relação entre os regimes de produtividade e a lógica do endividamento, que deriva dos processos de consumo impostos por força das tecnologias impostas pela racionalidade da nova dependência. Estamos diante dos contornos da dominação presidida pela lei do mais valor da acumulação ilimitada, materializada no fetichismo da tecnologia, com efeitos desastrosos para países que, como o Brasil, destroem seus recursos não-renováveis e suas vantagens relativas para pagar as escolhas orientadas pelo determinismo e a

razão evolucionista etnocêntrica, através da qual as classes dominantes locais se submetem aos países centrais e empresas transnacionais, repetindo os erros que acentuam o endividamento, a desigualdade e a dependência.

7.4 TECNOLOGIA E CRIATIVIDADE

O lugar desta concretização do pensamento crítico da economia política vem expresso no livro de extraordinário valor literário, de vasta erudição e de extraordinária clareza, que polarizou o debate sobre a atualidade do pensamento de Celso Furtado neste aniversário dos 100 Anos. O que se deu com mais força ainda neste evento, promovido pelas forças progressistas e da inteligência governamental, política e acadêmica do Estado do Ceará, com forte acento na questão cultural, com justa razão. Sublinhamos no Seminário a contribuição que combina clareza e amadurecimento, estilo e profundidade, que abre com força o horizonte da renovação, da revisão e do balanço da reflexão sobre desenvolvimento. Destacamos a importância da **“Criatividade e Dependência na Civilização Industrial”**, o livro onde Celso Furtado opera um deslocamento, um giro paradigmático no âmbito do pensamento crítico contemporâneo. Podemos pensar em uma aproximação com a obra de grandes economistas, homens de Estado e pensadores como Rudolf Hilferding, ou em Joseph Schumpeter ou em John Maynard Keynes, em Gunnar Myrdal e Michal Kalecki, em Joan Robinson até Amartya Sen, na longa lista para pensarmos no peso de certos autores ao realizar grandes avanços paradigmáticos, com impacto muito além da sua classificação como economistas.

Como pensar o giro sistêmico e as tendências que ultrapassam fronteiras e abrem horizontes no conhecimento? Talvez a comparação mais adequada possa ser feita com a obra de Karl Polanyi, com a sua “A Grande Transformação”, quando estamos diante de um trabalho como o deste livro de Celso Furtado que, ao concluir sua análise do mito do desenvolvimento

econômico no processo de transnacionalização, por força de uma capacidade de síntese magistral, realizada em “Criatividade e Dependência”, consegue um grande avanço na construção conceitual que realiza com uma visão de mundo crítica ao progresso capitalista, visto como solução que nos leva ao fim da história.” Furtado promove, neste livro, um giro com destaque para o forte acento numa outra economia, com base no valor da criatividade centrada no cálculo social, que pode ser pesado no resgate das grandes obras culturais e do bem-estar, mudando a ênfase para avaliar a qualidade da obra civilizatória do capitalismo, a partir das formas de produção do conhecimento nas distintas sociedades e civilizações, sem deixar de enfatizar as questões da escravidão e da servidão. Destacando o valor para a humanidade da esfera da cultura, de modo a pensar num horizonte de transvalorização que nos ajude a enfrentar o esgotamento das ideologias do crescimento capitalista.

Celso Furtado vai além da economia política na perspectiva de uma nova teoria da riqueza e do valor como crítica ao binômio acumulação/poder, mostrando a vontade de poder orientada pelo espírito do capital, que renova a sua força de destruição e de inversão de valores pelo impacto das desigualdades que difunde e combina. Destaca o avanço do capitalismo condicionando com base no incremento constante da produtividade como orientador do código e das trajetórias das tecnologias. O determinismo tecnológico inibe a criatividade, que é atravessada pela força do agir instrumental, que deve ser visto pelo seu impacto social e ambiental, ou seja, com seu efeito paradoxal de elevação de custos de financiamento para o acesso ao que é gerado pela opção por acompanhar as técnicas da ponta do regime produtivo dos países do centro do sistema, na era do americanismo e do fordismo, expandido nas fórmulas nacionais de regulação.

Na chave da teoria do desenvolvimento, esta tendência se relaciona, segundo Celso Furtado, com as respostas ofertadas pelas elites oligárquicas das periferias, através da sua adesão subordinada, sem criatividade, ao determinismo das fórmulas de ajuste estrutural por força do seu mimetismo

cultural. A adesão das forças dominantes dos países subdesenvolvidos aos padrões prescritos pelas forças do capital transnacionalizado gera efeitos perversos, através dos modos e padrões relacionados com a dependência da fronteira tecnológica do capitalismo industrial. Somente com este avanço no questionamento filosófico do agir instrumental e dos valores negativos do sistema, no questionamento relacionado com Nietzsche (genealogia) e com Habermas (agir comunicativo), teremos o coroar de uma interrogação que se orienta pela leitura e síntese das trajetórias da civilização industrial. Um olhar que busca romper com as formas e fórmulas que apagam e obscurecem a leitura crítica, que localiza desvios nas trajetórias prescritas pelo receituário dominante, na direção do pensar nas alternativas.

A riqueza deste livro marca uma leitura antropológica que questiona o progresso pela visão da riqueza da cultura. Destacando o poder que pode emergir em contextos com enorme escassez, se vistos desde os modos de avaliar a riqueza na medida da razão crítica da lógica do capital e do desenvolvimento das forças produtivas, daquela racionalidade instrumental que acaba na direção da produção da desigualdade, do armamentismo e da destruição ambiental. Onde está a saída? Como repensar o desafio?

O processo de aproximação entre as vertentes da crítica da economia política e a análise dos processos concretos e projetos nacionais, pela via das várias dimensões da práxis como resposta, acabam por confluir para uma abordagem onde a crítica ao valor abstrato e suas consequências abre caminho para perceber dimensões materiais e imateriais de uma outra lógica de valorização. Isto é, através da construção de hipóteses que se inscrevem na autonomia relativa da ação estratégica orientada por conceitos fortes que, como o de criatividade no centro da visão cultural, deve informar o processo de reconstrução do projeto.

7.5 O PROJETO

Celso Furtado pensou o Brasil na relação com a formação do sistema-mundo moderno. Como intérprete do Brasil, realiza uma obra braudeliana, assim como Fernand Braudel realiza uma obra cepalina. Como pensador, tem uma teoria da economia política que pensa na chave do desenvolvimento do subdesenvolvimento. A estrutura da dependência deve ser entendida na sua racionalidade, no cálculo estratégico, no mimetismo e dentro das tensões de disputa para o exercício de uma maior ou menor autonomia face ao processo hegemônico. A anatomia do sistema-mundo moderno, a constituição das divisões e das formações nacionais, os impulsos e acelerações, vão muito além do par forças produtivas e relações de produção, posto que se inscrevem numa certa vontade de poder que remete ao desafio de buscar forças a partir da articulação entre criatividade e autonomia, como liberdade que nasce da capacidade de travar a construção das bases culturais sobre as quais se assenta o conhecimento, que é ferramenta que permite selecionar os métodos e as técnicas que permitem projetar, planejar e programar uma nova cibernética, com referências bioéticas, estéticas e ecológicas que dependem da formação do processo de decisão em bases democráticas, que só operam como uma espécie de intelecto coletivo que nasce de processos políticos radicalmente democráticos.

O reformismo forte de Celso Furtado marca suas observações e exemplos, que levam em conta a entrada em cena de novos produtores e lógicas para o reordenamento do território e das políticas. Antes de saber que o MST brilharia na pandemia, Celso Furtado tinha falado da função que poderia ter um retorno ao campo para superar vários desafios em matéria espacial e alimentar. Outra surpresa interessante foi quando ele falou que o país poderia relacionar sua abertura e relação com o sistema internacional com gestão de um tempo capaz de gerar uma revolução na educação. A sua escolha pela pasta do novo ministério, o da Cultura, estava ligada a esta exigência de reforma

intelectual e moral, que geraria a base mais sólida da mudança a partir do ensino, da aprendizagem e da sua relação com a unificação do projeto de nação, capaz de fazer a opção pelos ritmos e os meios técnicos, assim como das tecnologias de organização social.

No registro da obra furtadiana, temos de considerar o recorte histórico, pelo prisma de uma certa sociologia do conhecimento, uma vida política a partir da visão do projeto da revolução brasileira com um horizonte de processo de reformas e uma visão antropológica de quebra da matriz evolucionista, em nome do agir orientado pela dimensão prática da liberdade, da ousadia e de um senso de realidade que nasce da experiência, que bebe na razão resgatada pela crítica genealógica. As mutações das relações de produção, que orientam a razão econômica, são condicionadas pelo espírito capitalista, que orienta o metabolismo social pelo fetichismo da razão instrumental. Sair deste enredo exige uma operação complexa, que tem por base a forma concreta da liberdade que se relaciona com a capacidade humana de invenção. Somente a tensão entre desejo, missão e situação pode liberar as forças subjetivas de alguém animado pela vontade e tão marcado pela noção de projeto, na relação com a política e na relação com as características e o ímpeto intelectual e moral, que tem relação direta como uma certa articulação da noção de responsabilidade.

A ética profissional, que levou o aspirante a literato a se tornar um grande da economia e do pensamento, se radicaliza no jogo do weberiano de levar ao extremo a relação entre convicção e responsabilidade. O que explica a construção de um referencial teórico com um horizonte ôntico, do dever emancipado, que nasce da força da periferia. O Brasil é entendido como o lugar que tem os recursos materiais e forças sociais, dotado da capacidade de realizar ações estratégicas, levando em conta a possibilidade de mudar a trajetória, sair do quadro reificado do contexto da formação econômica e social, recortada pela tensão centro-periferia, sem repetir os erros que foram sempre tão destacados ao longo das suas reflexões sobre as opções autoritárias de fuga

para adiante. Homem com cultura musical saberá construir em contraponto os elos entre saberes, obras e processos sem temor da transversalidade e da interdisciplinaridade, antes que estas noções se tornassem exigência para a aprendizagem e projeção do horizonte histórico da mudança.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Celso Furtado, Diários Intermitentes: 1937-2002.** Organização, apresentação e notas de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 20019.

OLIVEIRA, Francisco. **A navegação venturosa. Ensaio sobre Celso Furtado.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

8 - DEVANEIOS ESPERANÇOSOS ACERCA DO DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE CELSO FURTADO

Cláudia Leitão ¹¹

Um voo precisa de obstáculo... não de um vazio.

(Gaston Bachelard)

Ter ou não ter direito à criatividade, eis a questão.

(Celso Furtado)

Em 1984, o economista Celso Furtado proferiu uma conferência no I Encontro Nacional de Política Cultural, promovido pelo então Secretário de Cultura de Minas Gerais José Aparecido de Oliveira, no qual afirmava: “Sou da opinião de que a reflexão sobre a cultura brasileira deve ser o ponto de partida para o debate sobre as opções do desenvolvimento” (D’AGUIAR, 2013, p. 6-10). Direta ou indiretamente, é necessário destacar o papel dos grandes intérpretes do Brasil nos processos de institucionalização da cultura e, especialmente, o significado da gestão de Celso Furtado à frente do Ministério da Cultura (MinC). Na década de 30, por exemplo, enquanto Gilberto Freyre e Caio Prado produzem as primeiras reflexões antropológicas, sociológicas e econômicas sobre o Brasil, Mário de Andrade implanta e gere o Departamento de Cultura de São Paulo. Nas décadas de 70 e 80, enquanto Aloísio Magalhães dirige o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (o atual IPHAN), Darcy Ribeiro é gestor cultural do Rio de Janeiro

¹¹Graduada em Direito pela UFC e em Educação Artística pela UECE. Mestra em Sociologia Jurídica pela USP e doutora em Sociologia pela Sorbonne/Université René Descartes-Paris V. Foi superintendente do SENAC, Secretária da Cultura do Estado do Ceará e da Secretaria da Economia Criativa (SEC) do MinC. Atualmente, dirige o Observatório de Fortaleza do Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor).

e José Mindlin é secretário de Cultura e Ciência & Tecnologia de São Paulo. Essa qualidade de gestores culturais é surpreendente e produz impactos positivos para as políticas culturais brasileiras.

Furtado chega em 1986 ao Ministério da Cultura. Era um momento de euforia e de grande efervescência política, em função da redemocratização do país. Depois das breves passagens de José Aparecido de Oliveira e Aluizio Pimenta, o órgão federal da cultura clama por maior e melhor institucionalidade. Na busca de um nome para a cultura, Furtado aparece como indicação de um grande abaixo-assinado formado por artistas, intelectuais e economistas. Seu primeiro desafio será o de mostrar e demonstrar sua capacidade planejadora e gestora. Vale lembrar que, naquele momento, uma pergunta era pronunciada por vários jornalistas a respeito do MinC: “Num país que passa fome é necessário um Ministério da Cultura?” (Furtado, 2012, p. 12). Celso Furtado, tal qual Gilberto Gil, em 2003, parecia ser um ministro maior do que o seu ministério (DUARTE e CALABRE, 2015, p.1.302):

Para além da sua vasta experiência no serviço público, Celso Furtado já havia estruturado um ministério anteriormente, o do Planejamento, quando o assumiu em 1962, nomeado pelo presidente João Goulart. Outro importante atributo eram os vastos conhecimentos do novo ministro sobre economia, e principalmente, sobre leis de incentivo fiscais. Furtado havia concebido e implantado as leis de incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, em 1963.

Podemos afirmar que uma política cultural, ao produzir impactos econômicos, deve ser considerada uma política econômica? E, no sentido inverso, uma política econômica que fomenta a criação, produção, distribuição e consumo de produtos culturais e criativos não deve ser denominada de política cultural? Na perspectiva de formular uma política cultural voltada ao desenvolvimento econômico regional, buscando aproximar governo, empresas e o campo cultural, Furtado produzirá a primeira legislação de

incentivo à cultura do Brasil. De forma simples, envolvendo pessoas físicas e jurídicas, a nova lei simbolizava o momento de redemocratização vivido pelo país (DUARTE e CALABRE, 2015, p. 1.304):

Qualquer cidadão poderia incentivar uma atividade cultural utilizando parte do valor devido de imposto de renda. Bastava o doador realizar um depósito na conta da entidade cultural que desejava auxiliar. Em troca, emitia-se um recibo que era anexado no ato da declaração do imposto. Para poder receber os recursos, era necessário que a entidade cultural fosse uma pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, e estivesse cadastrada junto ao MinC. Estavam liberadas para doar pessoas físicas e jurídicas, devedoras de imposto de renda, sem qualquer restrição.

Será o próprio Ministro, no Programa Roda Viva da TV Cultura em 1987, que se encarregará de divulgar o novo financiamento da cultura no Brasil (DUARTE e CALABRE, 2015, p. 1.304):

[...] Para participar da Lei Sarney é necessário que a pessoa seja contribuinte do imposto de renda. Digamos que esse seu quitandeiro seja contribuinte do imposto de renda. Ele precisa, portanto, ser educado nessa direção, é necessário que ele compreenda que uma iniciativa cultural que diz respeito a sua própria vida também passa a depender dele. Se ele está numa cidade pequena, por exemplo, e necessita de um espaço cultural que não existe [...] ele pode tomar a iniciativa e se reunir com um grupo de pessoas e contribuir com seus próprios recursos para a efetivação desse projeto [...].

Furtado trazia para o MinC sua experiência, obtida na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na área de incentivos fiscais. Mas compreendia as características de concentração e produção de dependência das indústrias culturais, ao mesmo tempo em que percebia a fragilidade dos bens culturais diante dos processos de globalização econômica no Brasil (1984, p. 31):

O Brasil será marcado por toda uma gama de sistemas de

símbolos importados que com frequência ressecam nossas raízes culturais com a produção de bens culturais que buscam a uniformização dos padrões de comportamento, base da criação de grandes mercados.

Como era de se esperar, a força da indústria cultural no país constituiu um grande óbice à implantação da nova legislação de incentivo à cultura (DUARTE e CALABRE, 2015, p. 1.313):

A Lei Sarney, quando entrou em vigor, encontrou um país com uma indústria cultural desenvolvida que rapidamente a cooptou. Poucos projetos incentivados através da renúncia fiscal seguiram o modelo de protagonismo cultural concebido por Celso Furtado. E o pouco tempo na qual existiu não permitiu que soubéssemos se a população em geral exerceria ou não essa participação, esse poder de escolha. A Lei Rouanet, que substituiu a Lei Sarney, criada em 1991, restringiu substancialmente o espectro dos possíveis mecenas, quando delimitou que apenas as empresas que operassem em lucro real poderiam utilizá-la. Isso excluiu todos os pequenos comerciantes, inviabilizando o cenário desenhado por Furtado.

A histórica disputa do Brasil entre a produção cultural das elites e o povo brasileiro foi objeto de importantes reflexões na vasta produção intelectual de Furtado. Muito antes de ser ministro, ele já vinha refletindo sobre os significados da criatividade e da cultura nos países de economia dependente. No seu livro *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*, publicado em 1978, Furtado formula uma frase lapidar: “Ter ou não ter direito à criatividade, eis a questão”, observando as contradições do capitalismo e a dependência cultural por ele gerada (1984, p.25).

Esse questionamento continua cada vez mais atual. Afinal, a liberdade de criar não se universalizou. Pelo contrário, ela sucumbiu aos interesses políticos e econômicos de alguns países e grupos que, em sua hegemonia, fazem circular produtos (refiro-me, aqui, especialmente, aos da indústria

cultural) de qualidade, muitas vezes duvidosa, e cujos processos de produção, em vários casos, insubmissos aos direitos humanos, ratificam a exclusão social e a dependência entre populações. Em um mundo globalizado, em que dependências científicas e tecnológicas determinam padrões de consumo e o comportamento passivo de populações, de que forma poderíamos construir um desenvolvimento endógeno, capaz de garantir o direito à criatividade, defendido por Furtado? Em que medida o desenvolvimento endógeno poderia se constituir em uma invenção da cultura?

Se na essência das indústrias criativas estão os conteúdos culturais associados à ciência e à tecnologia, há de se considerar, como nos adverte Furtado, que nas sociedades industriais, a cultura, como a ciência e a tecnologia também estão subordinadas à lógica da acumulação. Submetidas às forças produtivas, a criatividade padece e a liberdade empalidece (LEITÃO e GUILHERME, 2014, p.239), pois são instrumentalizadas ao serviço de um modelo econômico produtor de assimetrias e desigualdades. Por sua vez, a incorporação das artes e dos artistas no processo de acumulação é legitimada e legalizada pelo Estado, que oferece uma moldura político-institucional que encoraja a competitividade e a hegemonia dos mercados.

Na visão de Furtado, a criatividade foi canalizada principalmente para a inovação técnica nas sociedades industriais, limitando-se à racionalidade instrumental, sempre submissa às forças produtivas. Basta que observemos que entre as formas que assume a criatividade humana, a ciência e a tecnologia, por melhor satisfazerem as demandas da civilização industrial e ao processo de acumulação, são especialmente capturadas pelo sistema capitalista na perspectiva de uma lógica dos meios (2008, p.115):

Na economia capitalista o processo de acumulação marcha sobre dois pés: a inovação, que permite discriminar entre consumidores, e a difusão, que conduz à homogeneização de certas formas de consumo. Ao consumidor cabe um papel essencialmente passivo: a sua racionalidade consiste em responder ‘corretamente’ a cada estímulo a que é submetido.

As inovações apontam para um nível mais alto de gastos, que é a marca distintiva do consumidor privilegiado. Mas o padrão inicialmente restritivo terá de ser superado e difundido, a fim de que o mercado cresça em todas as suas dimensões. As leis desse crescimento condicionam a criatividade.

A formulação de políticas e programas às indústrias culturais criativas vêm ganhando destaque entre as nações, indústrias caracterizadas pelo valor agregado da cultura e da ciência e tecnologia na produção de seus bens e serviços, assim como pelo *copyright*, ou seja, pela proteção dos direitos do autor/criador. Os setores chamados criativos passaram a se tornar cada vez mais importantes na constituição do Produto Interno Bruto (PIB) dos países industrializados, crescendo mesmo em situações de crise. Essa tendência lhes deu prestígio junto aos governos, que, por sua vez, buscaram compreender suas dinâmicas e fomentar suas práticas econômicas. Se nos países ricos a temática das chamadas indústrias criativas é cada vez mais acolhida, o fenômeno acontece por serem percebidas como uma etapa mais sofisticada do sistema capitalista. No entanto, essas indústrias não vêm demonstrando capacidade de desconcentrar renda, nem de produzir inclusão social. Por outro lado, embora parceiros do desenvolvimento endógeno, os pequenos empreendimentos de cultura continuaram invisíveis nas políticas culturais dos governos.

Ao produzirem a homogeneização dos padrões de consumo, as indústrias culturais e criativas contribuem para a atrofia da criatividade, assim como para a desumanização e a alienação. No diálogo entre economia e cultura, Furtado produz as necessárias conexões entre as políticas culturais e seu papel estratégico na reafirmação das identidades, na dimensão ecológica do planeta, na construção de novas forças sociais. Por outro lado, aprofunda suas reflexões na direção de uma economia política da cultura, ao rejeitar a submissão das formas de viver produzidas pela hegemonia do sistema capitalista. Nesse sentido, o enriquecimento industrial seria inversamente

proporcional ao empobrecimento humano, ao cerceamento da liberdade e da atividade criadora. Enfim, a economia política da cultura poderia contribuir para a mudança de curso das sociedades e de seus modelos de desenvolvimento:

[...] O principal objetivo da ação social deixaria de ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas para ser a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população e a educação concebida como desenvolvimento de potencialidades humanas nos planos ético, artístico e da ação solidária (D'AGUIAR, 2013. p. 38).

Furtado também aprofunda as reflexões sobre os papéis da cultura, da criatividade para a liberdade dos indivíduos e o desenvolvimento dos países, sobretudo, aqueles de economia dependente. Para Amartya Sen (seu colega em Cambridge), desenvolver-se é ser livre e a liberdade nada mais é do que a capacidade de fazer escolhas (2012, p. 75); para Furtado, o desenvolvimento é a capacidade de criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade (2008, p.110). Há no pensamento dos dois economistas um fundamento comum: não há desenvolvimento sem criatividade e a liberdade é condição necessária à criatividade. Furtado estende essa visão à política cultural que teria, segundo ele, por finalidade liberar as forças criativas da sociedade, ou seja, liberdade de criar é da essência do conceito de desenvolvimento e insumo para a transformação social, quer dizer, para o enfrentamento das desigualdades sociais. Suas críticas aos modelos de desenvolvimento do século XX continuam atualíssimas: concentração de renda e de riqueza, sonegação dos direitos sociais, precarização do mundo do trabalho e a subalternidade da inserção internacional (LEITÃO in RUBIM, 2014, p.130).

Referindo-se aos estudos de Max Weber sobre a racionalidade dos meios e a racionalidade dos fins, Furtado chama a atenção sobre o deslocamento da lógica dos fins (voltados ao bem-estar, à liberdade e à solidariedade) para a lógica dos meios (a serviço da acumulação capitalista). A lógica dos meios, observa, trará grandes impactos negativos às liberdades criativas, aos recursos

naturais, enfim, à própria humanidade dos indivíduos (LEITÃO in SOUZA, 2015, p. 160). O economista enfatiza a importância de uma nova política, de novas relações de gênero, inclusive de uma nova ecologia, como insumos essenciais à ampliação dos significados do desenvolvimento, adiantando pautas que só ganhariam maior destaque no século XXI.

Enfim, para Furtado, a história da civilização industrial pode ser lida como uma crônica do avanço da técnica, ou seja, “da progressiva subordinação de todas as formas da atividade criadora à racionalidade instrumental” (FURTADO, 2008, p. 113). E, na medida em que a criatividade é posta a serviço do processo de acumulação, os meios tendem a ser vistos como fins, produzindo-se a ilusão de que todo o avanço da racionalidade na esfera econômica contribui para a liberação ou “desalienação” do homem (FURTADO, 2008, p.116). Por isso, o século XX foi aquele em que “as energias criativas foram progressivamente canalizadas e postas a serviço do desenvolvimento das forças produtivas.

É notável sua compreensão sobre a transfiguração do capitalismo que, ao invés de se fundamentar na produção de produtos materiais, encontrará no século XXI suas bases no intangível e no imaterial. A atividade inventiva do homem, de uma forma ou de outra, sucumbirá às demandas do sistema econômico (FURTADO, 2008, p. 116):

[...] Contudo, esse ‘progresso’ não se traduz necessariamente por uma redução do campo do irracional na vida social, pois o homem comum não está em condições de entender os *gadgets* que são postos à sua disposição e tampouco a sua visão de mundo- alimentada pelos *mass media*- é menos povoada de elementos míticos do que em outras épocas.

Se a ética do hiperconsumo avançou para as sociedades pós-industriais do século XXI, a luta pela redução das desigualdades conduziu apenas a formas mais diversificadas de consumo (FURTADO, 2008, p. 115). Nesse sentido, a palavra desenvolvimento simboliza o grande paradoxo dos valores modernos. De um lado, ela é produtora de conteúdos indutores de identidade

e estabilidade, de outro, ela escamoteia realidades e falseia argumentos em nome de uma epistemologia única e universal. Outras palavras, como gestão, consumo, individualismo, propriedade, capitalismo e globalização, também orbitam no seu entorno, reforçando valores hegemônicos e produzindo sinergias semânticas que lhe dão sustentação. Muitas palavras foram significadas e legitimadas pela modernidade, a partir da lógica aristotélica e cartesiana, e avançaram para fundamentar os valores unificadores da Modernidade. Na tentativa de eliminar as dimensões paradoxais do ato de conhecer, o espírito científico perdeu sua aproximação com o real.

A ideia de desenvolvimento apenas tem sido de utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas culturais ‘arcaicas’, para ‘explicar’ e fazer ‘compreender a necessidade’ de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo (FURTADO, 1974, p. 75).

Quando nos referimos à dimensão cultural da globalização, devemos analisá-la a partir dos papéis do consumo, não somente como fruto de uma racionalidade econômica, mas enquanto um ato simbólico de comunicação, um lugar de diferenciação e distinção (BOURDIEU, 2009). No mundo global, o consumo entre grupos hegemônicos e subalternos não se concretiza através da simples oposição entre bens locais e importados, mas, especialmente, pelos produtos desterritorializados (Canclini, 2006). Erudito e popular, artesanaria e indústria, autenticidade e cópia perdem fronteiras, contaminando gostos e viralizando comportamentos, especialmente, nas grandes cidades. Por outro lado, a comunicação de massa e a indústria cultural destituem o consumo do seu valor cognitivo, em prol da sua dimensão mercantil. Enfim, todos os setores da vida humana acabam sendo capturados pelas malhas do capitalismo do hiperconsumo, produzindo, segundo Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2014), um verdadeiro modo estético de produção. Mas, quanto mais se busca

consumir o belo, menos a vida parece bela; quanto mais a indústria cultural mercantiliza seus bens e serviços, menos autonomia os indivíduos possuem para fazer escolhas; quanto mais crescem as sociedades do espetáculo e do entretenimento, maior ainda a alienação dos seus públicos. O capitalismo artístico, tão cioso da inovação estética quanto da tecnológica, vende estilos de vida em nome de promessas de felicidade, beleza, bem estar e qualidade de vida.

“Um voo precisa de obstáculo ... não de um vazio”. A advertência é do filósofo e cientista francês Gaston Bachelard que, no seu *Formação do Espírito Científico*, em 1938, conceitua a expressão obstáculo epistemológico como a interrupção do pensamento linear e evolucionista proposto pelas ciências, considerando-a como uma estratégia da imaginação para ampliar o ato de conhecer. Para Bachelard, o ser humano aspira a superação de si mesmo e, para isso, dispõe de dois caminhos: o da ciência e o da criação artística. Razão e imaginação permitem à Humanidade o “voo”, compreendendo o ato de voar como elevação espiritual ou como possibilidade de transformação da vida pela ciência e pela arte. São suas palavras: “tudo que a filosofia pode esperar é tornar poesia e ciência complementares, uni-las como contrários bem feitos”.

Bachelard convoca os cientistas a problematizar conceitos, como causalidade, determinismo e objetividade, propondo uma filosofia das ciências capaz de integrar novos conceitos, como probabilidade, incerteza e ruptura. Para ele, a riqueza de um conceito científico deveria ser medida pelo seu poder de deformação e de desconstrução. As palavras nos discursos científicos necessitariam de uma pedagogia do movimento, capaz de oferecer mobilidade e alteridade ao pensamento, levando ideias e conceitos adiante.

Trinta anos mais tarde, um outro grande pensador francês também decidiu desconstruir conceitos e ideias para levá-los adiante. Edgar Morin, nos seus estudos sobre a complexidade (2010), também produziu uma importante crítica às ciências e sua lógica aristotélica e cartesiana. Sua crítica

é especialmente contundente com a Economia, que, entre as ciências sociais aplicadas, é a mais focada nos estudos sobre o desenvolvimento, e que, por ser matematicamente a mais avançada, tornou-se, numa perspectiva humana, a mais atrasada das ciências, retirando da realidade (do texto) o seu contexto, e reduzindo os significados do desenvolvimento ao mensurável e quantificável.

Tanto Gaston Bachelard quanto Edgar Morin contribuíram para uma filosofia da ciência, por meio de uma epistemologia da cultura. A palavra cultura, enquanto ideia, conceito, política, prática ou instituição, fundamenta-se numa espécie de *coincidentia oppositorum*, ou seja, em uma combinação de substâncias contrárias que vivem de uma eterna tensão entre seus polos. Bachelard (1967) amplia o campo do conhecimento e da produção de novas epistemologias ao propor uma dialética das imagens. Nesta nova lógica, destaca a inversão, a ambivalência, a contradição e não a identidade universal ou o consenso, para a construção do conhecimento. Indo além da dialética clássica, submissa aos processos de análise e síntese, reintroduz nos modos de conhecer uma “epistemologia do não”, capaz de acolher o “anti” e o “contra” (SANT’ANNA, 2010). A criação artística não seria, pela sua própria natureza, insubmissa ao canônico e ao dogmático? As artes não representariam a lógica da inversão, o conhecimento obtido pela “epistemologia do não”?

Edgar Morin (2010) observa que o saber comporta uma parte irremediável de incerteza. Ao longo da sua obra, enfatiza a ausência de conexão entre as ciências da natureza e a cultura humanista, que afastou o indivíduo do bem viver e da cidadania planetária. Para Morin, o grande desafio do século XXI é o da religação dos saberes, da reunião das disciplinas científicas e humanistas em nome de um conhecimento capaz de compreender a condição humana, a aprender a viver e a reavivar os significados da cidadania. Ensinar a condição humana significaria trazer para a educação, não somente as ciências biológicas, mas, a partir da cultura humanista, fazer compreender aos humanos os seus inúmeros destinos. Somente a cultura humanista nos permitiria distinguir os destinos individual, social, histórico e cósmico que atravessam

a vida; somente a cultura humanista é capaz de desenvolver no ser humano a poética da vida, a consciência e o sentimento de pertença à Humanidade. Aprender a viver é também integrar na vida a cultura. Para reavivar a cidadania, é necessário ampliá-la muito além das nacionalidades e dos nacionalismos. A cidadania terrestre acontecerá quando os indivíduos ganharem enraizamento e vitalidade, pelo exercício livre de suas expressões culturais. Em um mundo babélico, a cultura seria por excelência o grande sistema de tradução e de comunicação entre povos e nações. Somente a cultura poderia reconstruir as subjetividades humanas junto à Terra e ao cosmos, reavivando no homem sua capacidade de guardar, lembrar e sonhar. Somente a cultura poderia permitir ao homem verticalidade e enraizamento, libertando-o de uma horizontalidade funcional e prática sobre o viver, reintegrando-o à Terra e ao cosmos.

Imagino um diálogo imaginário entre Celso Furtado, Edgar Morin e Gaston Bachelard, homens do século 20, mas cujas inquietações e percepções são essenciais ao século XXI. Se hoje aqui estivessem, imagino que ambos nos incitariam a aprofundar o conhecimento humano a partir de uma visão cada vez mais complementar entre razão e imaginação, corpo e espírito, história e mito, ciência e poesia, teoria e experiência. Vivemos em tempos de falência das utopias econômicas, sociais e políticas, tempos de fatalismos e de desencantos. Temos a impressão de que os sonhos e a imaginação não encontram mais lugar na vida das sociedades. Por isso, encerro minha fala referindo-me à necessidade fundamental da utopia, lembrando que a maior das utopias é a utopia cultural, que educa e transforma o ser humano em sonhador. Afinal, nunca estivemos tão carentes de sonhadores e de visionários.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **La formation de l'esprit scientifique**. Paris: Vrin, 1967.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

D'AGUIAR, Rosa Freire (org.) **Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: E-papers; Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

_____. **Ensaio sobre a cultura e o Ministério da Cultura/ Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

DUARTE, Renata; CALABRE, Lia. A fiscalização da Lei Sarney. In: CALABRE, Lia et. al. (org.). VI Seminário Internacional de Políticas Culturais. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, p. 1296-1310. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2015/05/Anais-do-VI-Semin%C3%A1rio-Internacional-de-Pol%C3%ADticas-Culturais.pdf>>. Acesso em 2 Nov. 2015

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (org.) **Ensaio sobre cultura e o**

Ministério da Cultura. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEITÃO, Cláudia Sousa. Indústrias criativas x economia criativa: compreendendo a disputa entre modelos de desenvolvimento com base em Celso Furtado. In: SOUZA, Pedro de (org.). **Brasil, Sociedade em Movimento.** São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____ e GUILHERME, Luciana Lima. **Cultura em Movimento: memórias e reflexões sobre políticas públicas e práticas de gestão.** Fortaleza: Armazém da Cultura, 2014.

_____. Indústrias Criativas x Economias Criativas: a disputa entre modelos de desenvolvimento. In: RUBIM, Linda, VIEIRA, Mariella Pitobo e Souza, Delmira (orgs.). **Enecult 10 anos,** Salvador: EDUFBA, 2014.

LIPOVETSKY, Gilles e SERROY, Jean. **O capitalismo estético na era da globalização.** Lisboa: Edições Almedina, 2014.

MORIN, Edgar. **Meu Caminho: entrevistas com Djánane Kareh Tager.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SANT'ANNA, Catarina (org.). **Para ler Gaston Bachelard: ciência e arte.** Salvador: Edefba, 2010.

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia.** Coimbra: Edições Almedina S.A., 2012.

9 - CONSIDERAÇÕES PARA UM DEBATE SOBRE CULTURA E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL, UMA HISTÓRIA CONHECIDA

César Bolaño¹²

O uso da palavra desenvolvimento para projetar o futuro, possível ou desejável, é sempre problemático numa sociedade dividida e marcada, como a brasileira, por uma longa trajetória de brutalidades e segregação. Construir, nessas condições, os mínimos consensos necessários a um projeto nacional só foi possível em momentos muito particulares da história, sempre seguidos de profundas e traumáticas regressões. A ideia de desenvolvimento, em lugar da ideologia oitocentista do progresso (Furtado, 1974), faz parte do projeto de consolidação da hegemonia norte-americana, de superação dos imperialismos nacionais europeus que tinham no racismo científico as bases da sua integração nacional (Harvey, 2003), substituída, agora, com o desmoronamento do mundo neocolonial, por formas de integração pelo consumo e pela Indústria Cultural movida a publicidade (Bolaño, 2015 a). A teoria e as políticas de desenvolvimento tinham, originalmente, por função a integração da periferia ao projeto hegemônico norte-americano. O estruturalismo histórico latino-americano constitui-se, desde o seu início, como crítica às insuficiências da perspectiva hegemônica, apresentando um conceito mais sofisticado e realista e um projeto de desenvolvimento da periferia centrado nas políticas de industrialização por substituição de importações. A conclusão da industrialização brasileira (Cardoso de Mello, 1980), em especial, revela as ilusões desse desenvolvimentismo e coloca na

¹²Professor da UFS, graduado em Comunicação pela USP, com mestrado e doutorado em Economia pela UNICAMP. Fundador do campo da Economia Política da Comunicação no Brasil, foi presidente da ALAIC. Autor do livro “O conceito de cultura em Celso Furtado” (2015).

ordem do dia a luta pelas chamadas reformas de base. A história é conhecida.

A contradição inerente ao desenvolvimento fica bem clara em Marx. Do ponto de vista da ontologia do ser social, desenvolvimento é o processo de contínuo deslocamento da barreira natural à medida que o homem, pelo trabalho, transforma a natureza e se transforma, ao mesmo tempo, atendendo às suas necessidades humanas e criando novas e mais complexas necessidades. Também para Furtado (1967, p. 78), o desenvolvimento “se refere ao crescimento de uma estrutura complexa”. Em todo caso, trata-se sempre de um processo que se dá sob determinadas condições históricas e está relacionado com a produção e a apropriação do excedente, a expansão da produtividade do trabalho e a constituição de um tempo livre, para além do tempo de trabalho necessário à produção, visando ao atendimento das necessidades básicas, historicamente determinadas. A classe que se apropria do excedente e do tempo livre adquire a liberdade para desenvolver a ciência, a cultura e as grandes obras da civilização. Furtado não chega a colocar a questão nesses termos, mas explicita também a centralidade do conceito de excedente para a compreensão dos processos de desenvolvimento na perspectiva interdisciplinar daquela ciência social total, que chegou a propor em sua *Introdução a nova economia política* (Furtado, 1977). E coincide com Marx na avaliação do desenvolvimento capitalista como um processo em que os meios (a acumulação, o excedente) substituem os fins, isto é, os objetivos da vida social que a comunidade define, com base em valores compartilhados, através das instituições em que o poder econômico e as hierarquias sociais se materializam.

Essa especificidade do desenvolvimento capitalista, seu caráter tautológico, diria Marx, de processo irrefreável de acumulação pela acumulação, ou de transmutação de meios em fins, nos termos de Furtado, é responsável por um impressionante desenvolvimento das forças produtivas da Humanidade, mantendo, não obstante, para a maior parte dos seres humanos, condições de vida precárias, pois o crescimento da riqueza e da miséria são

produtos indissociáveis da mesma lei geral da acumulação capitalista. O reconhecimento de uma situação, como aquela referida, que se apresentava ao final da industrialização brasileira e latino-americana, em que essa contradição aparece da forma mais impactante, agravada pelas particularidades daquele tipo de desenvolvimento periférico e, logo, pela brutal reação contra o projeto das reformas de base que representou, no Brasil, o golpe militar de 1964, levaria a uma crise do pensamento latino-americano, que se desdobraria em diferentes direções. Uma delas, talvez a mais rica, ou instigante, foi aquela trilhada pelo próprio Furtado nos seus trabalhos dos anos 1970. É lá onde devemos buscar a inspiração para pensar que desenvolvimento queremos para o Brasil no século XXI. Longe da ilusão positivista a respeito da capacidade do Estado em promover o desenvolvimento, o autor tratará de perguntar-se sobre as forças sociais que se mobilizarão em torno não de um projeto de desenvolvimento qualquer, que ele critica de forma radical desde, pelo menos, *Desenvolvimento econômico, um mito* (Furtado, 1974) e, de forma extensa e exemplar, em *Dependência e criatividade na civilização industrial* (Furtado, 1978), mas de um “verdadeiro desenvolvimento”.

A palavra desenvolvimento já não pode ser definida sem o complemento de um adjetivo: endógeno, sustentável, humano, verdadeiro, para não falar nas diferentes formas de rejeição do próprio termo, substituído por outros como, bem viver, des-desenvolvimento etc. Trata-se de um conceito em disputa. No caso de Furtado, há uma crescente insistência num aspecto que já estava presente no seu trabalho anterior, mas que se torna central ao longo dos anos 1970: o da sua concepção de cultura, de cunho antropológico, que teve a oportunidade de analisar com algum detalhe anteriormente (Bolaño, 2015 b). No que interessa aos objetivos aqui traçados, vale retomar a análise da formação cultural brasileira que o autor faz na primeira metade dos anos oitenta (Furtado, 1984, 2012). Segundo ele, a síntese barroca, que marcou a formação cultural brasileira ao longo do período colonial, foi rompida por obra das elites brancas nacionais no século XIX, momento da difusão

da civilização industrial na periferia latino-americana, onde a tecnologia é introduzida pela via do consumo daquelas elites e não da produção, sem alterar, portanto, as estruturas produtivas herdadas. A modernização se dará, nessas condições, pautada na adoção, por aquelas elites, da cultura material e espiritual do capitalismo industrial em expansão. A cultura popular de origem africana ou indígena passa a ser desprestigiada e relegada aos rincões e às favelas, onde, paradoxalmente, desprestigiada e esquecida, acabará por desenvolver suas potencialidades de forma relativamente livre, para tornar-se, no século XX, a base para a construção da hegemonia, da identidade nacional e, portanto, das políticas de desenvolvimento, mas também do importante *softpower* conquistado pelo país, cujo momento mais emblemático talvez tenha sido a vitória da seleção brasileira na copa do mundo de futebol de 1958, na Suécia, replicando o sucesso da industrialização substitutiva iniciada nos anos trinta. O desenvolvimento social, no entanto, não veio e a consciência desenvolvimentista evolui na direção do projeto reformista, abortado pelo golpe. A história é conhecida.

Nos anos oitenta, Furtado estava otimista com as perspectivas abertas pela redemocratização, imputando a uma aliança entre classe média e povo, as possibilidades de uma política de desenvolvimento constituída sobre o eixo estruturante da cultura, de uma cultura nacional-popular garantidora das condições de hegemonia necessárias e de uma política cultural entendida como política social integradora. Não obstante, Furtado aponta já naquele momento os riscos de descaracterização da própria cultura popular implícitos na existência de um poderoso oligopólio cultural, como o que se implantou no país durante o regime militar. Ao longo de todo o período iniciado com a chamada Nova República e sob o manto da Constituição de 1988, se não é possível afirmar que o país tenha encontrado uma nova trajetória de desenvolvimento, é inegável que, a partir de 2003, uma política social integradora – e inclusive uma política cultural bastante adequada ao pensamento de Furtado – foi implementada, sem alterar, no entanto, o padrão

de acumulação herdado, aprofundando-se, ao contrário, a desindustrialização, nem o sistema global de cultura estabilizado durante o regime autoritário. O tempo presente é aquele do fracasso desse projeto de inclusão social – que em nada lembrava aquele reformista dos anos sessenta do século passado – e de uma nova e radical regressão, agravada ainda pela pandemia da Covid-19.

Quando as atuais condições adversas forem superadas e o debate sobre o desenvolvimento retornar, a sociedade brasileira, por meio das suas instituições e de acordo com as hierarquias estabelecidas na luta entre os atores com maior ou menor poder econômico, no sentido de Furtado, será chamada a discutir as formas de distribuição e o destino do excedente e a definir os objetivos nacionais a serem atingidos em diferentes horizontes de tempo, de acordo com a constelação de valores compartilhados que definem, no interior da cultura nacional-popular, as condições de construção da hegemonia e dos consensos possíveis. Para que o Brasil deixe finalmente de ser o país das oportunidades perdidas, desse consenso deve constar, acima de tudo, a reversão daquela longa trajetória de brutalidades e segregação, aquela história conhecida que caracteriza a nossa formação social desde o princípio.

REFERÊNCIAS

BOLAÑO, César. **Campo Aberto - Para a crítica da epistemologia da comunicação**. Aracaju: EDISE, 2015a.

_____. **O Conceito de cultura em Celso Furtado**. Salvador: EDUFBA, 2015b.

CARDOSO de MELLO, João Manoel. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FURTADO, Celso (1967) [TPDE]. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

_____. **Prefácio a Nova Economia Política.** São Paulo: Paz e Terra, terceira edição, 1977.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial.** São Paulo: Paz e Terra, 1978.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise.** São Paulo: Paz e Terra, 1984.

_____. **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

HARVEY, David (2003). **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

10 - ESTADO, CRIATIVIDADE E CULTURA: A VISÃO DE CELSO FURTADO

Jair do Amaral Filho¹³

Hoje, existe certa clareza sobre quando e como o Estado deve intervir na economia. No entanto, isto muitas vezes, ainda, não é evidente nos campos da criatividade e da cultura. Há, essencialmente, dois elementos que dificultam uma definição precisa para o papel do Estado nesses campos: a primeira, diz respeito à complexidade dessas áreas e, a segunda dificuldade está nas indefinições que gravitam em torno do problema da precificação dos artefatos culturais, sejam eles tangíveis ou intangíveis.

A complexidade dessas áreas se explica pelo fato de elas serem portadoras de símbolos e tradições. Sendo assim, podem ser utilizadas como ferramentas de alienação e dominação social, por certos grupos políticos e ideológicos. Essa questão foi amplamente estudada pelas correntes marxista e gramsciniana, bem como pela Escola de Frankfurt, visando mostrar a dominação ideológica exercida pelas classes dominantes e indústrias culturais. Por outro lado, apesar dos esforços realizados por economistas tais como Baumol & Bowen (1965), com vistas a gerar parâmetros para orientar políticas culturais, há ainda muita dificuldade em se precificar os bens e serviços culturais, assim como os conteúdos de processos criativos. Esta dificuldade tem aumentado na medida da intensificação do uso da tecnologia digital como meio de produção e difusão culturais.

¹³Pós-Doutor em Ciências Econômicas e Doutor em Ciências Econômicas pela Université de Paris XIII. Atualmente, é Professor em Desenvolvimento Econômico do Departamento de Teoria Econômica (DTE) e pesquisador do Centro de Pós-Graduação em Economia (CAEN) da UFC, líder do Grupo de Pesquisa Região, Indústria e Competitividade (RIC/UFC/CNPq) e membro da REDESIST.

Apesar das dificuldades, existem atualmente convicções avançadas em relação aos objetivos e campos a serem atingidos pelas políticas públicas, nas áreas da criatividade e da cultura, seja para preencher espaços econômicos vazios deixados pela desindustrialização em países desenvolvidos ou para alavancar o crescimento e geração de empregos em países em desenvolvimento. Governos de vários países vêm implementando estratégias voltadas para o desenvolvimento das indústrias criativas e culturais, as quais têm contado com apoios intelectuais e políticos de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas – ONU, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento – UNCTD. O foco central dessas políticas têm sido a identidade e o patrimônio culturais, assim como a produção de mercadorias culturais.

As reflexões desenvolvidas por Celso Furtado sobre a relação entre desenvolvimento, criatividade e cultura, além de assumirem conteúdo mais crítico, se anteciparam às iniciativas recentes voltadas para esses campos. Ademais, no lugar de privilegiar diretamente a produção de mercadorias, suas propostas de políticas públicas foram dirigidas para a promoção das condições e das fontes geradoras da criatividade e da cultura, além de tratar a política cultural como parte do conjunto de políticas sociais, tendo como cenário uma sociedade dependente (como a brasileira) e marcada pela concentração da renda e da riqueza e falta de acesso aos valores culturais. Em suas palavras, “(...) o que chamamos de política cultural não é senão um desdobramento e um aprofundamento da política social” [FURTADO (1986); (2012, p.63) (2014)].

Para Furtado, em tal cenário o Estado não pode estar a serviço de nenhum grupo específico, a exemplo das elites ditas cultivadas, mas deve ser “instrumento de um povo livre” [FURTADO, (1987); (2012, p.95)]. Dito isso, para que ocorra uma política cultural, o autor achava necessário que “a cidadania desfrute de um clima de liberdade, sem o que as formas mais

nobres de criação estarão sufocadas” [FURTADO, (1986b); (2012, p.103)]. Além da liberdade, Furtado ainda considerava importante que o excedente econômico da sociedade contemple três grupos de necessidades: (i) básicas (alimentos, vestuários etc.); (ii) instintivas (convivência, comunicação etc.) e (iii) específicas humanas (conhecimento do mundo e de si mesmo; sentimento religioso; sentimento estético etc.). Parece não haver dúvida de que, para o autor, este último grupo, alimentado pela liberdade, ocupa lugar privilegiado no processo de desenvolvimento, pois é o campo espiritual da sociedade, ou seja, “aquilo que enriquece a vida do homem em todas as suas manifestações” [FURTADO (1987); (2008); (2012, p.92)].

Como Ministro da Cultura, Celso Furtado procurou focar aqueles pontos que poderiam estimular, de forma endógena, as fontes promotoras da criatividade e o revigoramento dos valores culturais genuínos, por meio dos seguintes instrumentos: preservação do patrimônio e memória cultural; estímulo à criatividade do povo; defesa da identidade cultural; democratização do acesso aos valores culturais; preservação da força criativa popular. Para Furtado, entre crescimento e cidadania, a cultura fornece o elemento da utopia.

REFERÊNCIAS

BAUMOL, W.J. & BOWEN, W.G., **On the performing Arts: the anatomy of their economic problems**. New Jersey: Princeton University, 1965.

D’AGUIAR FURTADO, R. F., **Ensaio sobre Cultura e o Ministério da Cultura**. Coleção Arquivos Celso Furtado 05, Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2012.

FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica: A fantasia organizada - A fantasia desfeita - Os ares do mundo**. Companhia das Letras, São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Criatividade e dependência, na civilização industrial.** Companhia das Letras, Segunda Edição, São Paulo: Companhia das Letras, Segunda edição, 2008.

_____. “Política cultural e criatividade”, Pronunciamento no Fórum de Secretários da Cultura, Brasília (1987), in Rosa F. D’Aguiar Furtado (Org.), **Ensaio sobre Cultura e o Ministério da Cultura.** Coleção Arquivos Celso Furtado 05, Editora Contraponto, Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2012b.

_____. “Pressupostos da política cultural”, Conferência na Escola Superior de Guerra, RJ (1986a), in Rosa F. D’Aguiar Furtado (Org.), **Ensaio sobre Cultura e o Ministério da Cultura.** Coleção Arquivos Celso Furtado 05, Editora Contraponto, Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2012a.

_____. “Política cultural e o Estado”, Ensaio (1986b), in Rosa F. D’Aguiar Furtado (Org.), **Ensaio sobre Cultura e o Ministério da Cultura.** Coleção Arquivos Celso Furtado 05, Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 2012a.

11 - A CRIATIVIDADE CONTRA O SUBDESENVOLVIMENTO: HOMENAGEM A CELSO FURTADO

Renato Janine Ribeiro¹⁴

E quero começar comentando uma expressão que nosso grande homem público certamente repudiaria, aquela segundo a qual tudo o que só existe no Brasil e não é jabuticaba é ruim. Eu e meu amigo Luiz Bevilacqua vemos nessa frase a suma da autodepreciação do Brasil. Sempre penso que um francês jamais diria que tudo o que apenas existe na França e não é *camembert* é ruim, um inglês nunca afirmaria que é ruim tudo o que só existe em seu país e não é *fish and chips*, mas o que mais me chama a atenção é que jamais um indiano falaria que aquilo que só há na Índia e não é *curry* é de má qualidade. Por que começar por aí? Porque a Índia é um país subdesenvolvido, como o nosso, e que tem um enorme orgulho de sua cultura. (Eu ia dizer mas que tem enorme orgulho, porém substituí a conjunção adversativa pela coordenativa, e por quê? Porque o ponto aqui é um orgulho *justificado* pelo que somos). E Celso Furtado tinha orgulho do Brasil, de sua cultura, de suas potencialidades. Esta é uma linha de corte claríssima entre ele e a direita brasileira, inclusive, penso eu, muitos de nossos economistas. A direita brasileira deprecia o Brasil. E, sempre que o país retrocede, vemos essa autodepreciação, essa elite que não ama nossa terra.

¹⁴Foi Ministro da Educação do Brasil de abril a outubro de 2015, no governo Dilma Rousseff. É professor titular de Ética e Filosofia Política na Universidade de São Paulo. Foi professor visitante na Universidade de Columbia em Nova York, em 2003-4. Foi também diretor de avaliação da Capes, órgão do Ministério da Educação (2004-8). Recebeu o Prêmio Jabuti de melhor ensaio (2001), bem como as seguintes condecorações: Ordem Nacional do Mérito Científico (1998), Ordem de Rio Branco (2009), Ordem do Mérito Naval (2015) e Grande Medalha da Inconfidência. Tornou-se Professor Honorário do Instituto de Estudos Avançados da USP (2016) e Pesquisador Sênior do CNPq (2017).

Quero também lembrar uma passagem de Saint-Exupéry, em *Terra dos homens*, quando ele vê uma criança faminta agarrada à mãe miserável, e exclama: Mozart assassinado! Que potencialidades teria essa criança, se lhe dessem as oportunidades de florescer? Ora, o Brasil assassina Mozarts o tempo todo. Miseráveis têm poucas chances, aqui, a não ser no futebol e em algum estilo de música popular. O Brasil dá oportunidades a um quarto ou, no máximo, um terço de sua população. Uma elementar regra de três nos permite supor, então, que cresceríamos muito – talvez multiplicássemos nossa produção e nossa criação por três ou quatro – se todos tivessem oportunidades. É factível ampliar as oportunidades, desde que formulemos e executemos políticas de inclusão social, que obviamente somam saúde, educação, transporte, moradia e trabalho, antes de mais nada.

Isto que afirmo tem muito em comum com Celso Furtado. Faz cem anos que ele nasceu e apenas 16 que morreu, mas, quando acompanhamos sua vida, impressiona sua precocidade. Ele teve uma juventude extraordinária. Aos 33 anos, era diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Pouco depois, redigia um diagnóstico da economia brasileira que serviria, mais adiante, para o Plano de Metas do governo Juscelino. Antes dos 40 anos de idade, criaria a Sudene, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, da qual seria o primeiro dirigente, e com 42 anos o Ministério do Planejamento, do qual foi o primeiro titular, fazendo plenamente jus ao nome da pasta. Diga-se que nem todos os seus sucessores planejarão realmente – aliás, a maior parte não honrará o nome da pasta. Nascido na Paraíba, portanto na região coberta pela Sudene, Celso Furtado entendia que era preciso planejar para vencer o subdesenvolvimento. Esse, o sentido de planejar: fazer o Brasil dar um salto qualitativo que, ao mesmo tempo, valorize sua cultura. Temos aqui palavras essenciais para entendê-lo, subdesenvolvimento, planejamento e, agora mencionaremos, cultura.

Depois do exílio, não é o primeiro ministro da nova pasta da Cultura, mas é na sua gestão que o MinC se torna uma referência. Na verdade, não

é ele quem assina a primeira lei de incentivo à cultura, conhecida como lei Sarney, mas provavelmente porque estivesse viajando; ela foi elaborada em sua gestão, tem, portanto, sua marca. E entre o Planejamento e a volta da democracia ele passou vinte e um anos não só fora do poder mas, a maior parte, fora do país, exilado, censurado e sujeito a pequenas mesquinhas, como quando a representação diplomática em Paris lhe recusou o documento necessário para ir a um congresso internacional de história econômica.

Muito precocemente ele se dedicou, assim, as questões cruciais, sendo a principal o subdesenvolvimento e como superá-lo, o que o leva ao Nordeste, região mais sofrida.

O que significa homenagear Celso Furtado nestes tempos de retrocesso, de “grande regressão”, como se intitula um livro alemão no qual colaborei? Comparando com a ditadura, hoje estamos numa situação melhor porque não há Atos Institucionais, o Congresso funciona, o governo perde embates nele, o Judiciário limita certos excessos, a censura foi abolida – aliás, desde a Constituição de 1988. Mas também estamos pior porque, com exceção do período Médici, em que se somaram o assim chamado milagre econômico, o tricampeonato de futebol e a festa do sesquicentenário, a ditadura foi impopular. Nos tempos atuais, lamentavelmente, tivemos e temos pessoas que saem à rua para agredir, como o pai que estava abraçado com o filho, na avenida Paulista, e foi atacado por alguém que achou que eram homossexuais – como se isso fosse algo errado.

A sociedade era mais preconceituosa no tempo da ditadura, sim, mas não havia mobilização fascista. Há muitas definições para fascismo, mas eu uso a de que o fascismo mobiliza, enquanto a direita não fascista não mobiliza. A direita quer ganhar dinheiro; para isso, ela valoriza a vida privada, como há dois séculos, em 1819, afirmou Benjamin Constant, se referindo à “liberdade moderna”; ela não ocupa as ruas. Quando a direita sai intensamente às ruas, em vez de se dedicar à vida privada, estamos chegando ao fascismo. Deixa de ser direita e torna-se extrema-direita. Um tempo atrás,

eu passei algumas vezes perto do quartel general do Comando do Leste, no bairro do Ibirapuera, na cidade de São Paulo. Havia pessoas acampadas ali, clamando por intervenção militar como, aliás, também na Esplanada dos Ministérios, na capital federal. Não eram ricos, talvez até tivessem pouco dinheiro: eram militantes de extrema direita. Essa agressividade era rara no regime militar – tanto assim que, sabendo que perderia em eleições livres, impediu-as desde que foi derrotado, em 1965, e só voltou a permiti-las, ainda assim não as realizando para presidente ou prefeito de centenas de cidades, em 1982, quando por sinal sofreu nova derrota.

Um sinal positivo é que está se desgastando o apoio ao atual governo. Estamos perante uma possível recuperação dos valores democráticos, mas ainda vivemos longe dos valores de Celso Furtado, que faria questão de que se reduzisse a desigualdade e se enfrentasse o subdesenvolvimento. Essa palavra é mais correta do que “país em desenvolvimento” ou “emergente”. Porque não é que ainda não chegamos lá, mas estamos indo, estamos emergindo ou nos desenvolvendo; a verdade é que o subdesenvolvimento é produzido, é gerado.

Entendemos melhor o Brasil quando vemos que suas mazelas não são carências, mas resultam de um meticuloso planejamento. Darcy Ribeiro, um dos maiores dentre meus predecessores no Ministério da Educação, tem a frase famosa segundo a qual a falha na educação no Brasil não é uma falha, é um projeto. Eu, que à época não conhecia essa expressão, disse em meu livro *A Pátria Educadora em Colapso*, no qual relatei minha experiência no MEC: o Brasil não é um caso de fracasso na inclusão social, mas um caso de grande sucesso da exclusão social. Somos um *case* a ser estudado internacionalmente pelo êxito naquilo a que se propôs. Sempre que fracassa uma proposta de inclusão, é porque triunfou o projeto que vem desde a colônia, o de formar uma sociedade excludente. Cada vez que uma medida de inclusão deu errado, não é apenas que deu errado: é que o macroprojeto brasileiro funcionou. Por isso, cada medida de inclusão tem que ser monitorada ininterruptamente,

para evitar seu sequestro pela desigualdade social. Se não se fizer isso, até programas muito bem elaborados podem ser desviados de seu intuito e apropriados pela desigualdade e pelo subdesenvolvimento.

Um estudo feito nos inícios do ProUni mostrou que parte de seus beneficiários era proprietário de carros importados, o que se descobriu cruzando-se seus dados com os do RENAVAL. Ou seja, pessoas com recursos econômicos se beneficiavam de um programa social cuja finalidade era, justamente, reduzir a desigualdade. A redução da desigualdade é apropriada pela própria desigualdade. Todos sabemos de pessoas que usaram cotas étnicas para ter vantagens, mesmo sendo visivelmente brancas. (O programa de ação afirmativa do MEC evita esse problema, porque nele as cotas étnicas são um subconjunto das cotas para quem veio do ensino médio em escolas públicas, que acabam sendo pessoas mais pobres).

Digamos: a sociedade brasileira tem a desigualdade tão incrustada nela que até mesmo medidas para promover maior igualdade, a liberal igualdade de oportunidades, são apropriadas pela própria desigualdade. Da mesma forma, nosso Estado – patrimonial – tem a corrupção, ou o desvio para interesses privados da coisa que deveria ser pública, tão forte em seus genes que até mesmo quem diz combater a corrupção se beneficia, às vezes dentro da lei, mas contra a ética, de vantagens que não deveria ter. Todos conhecemos exemplos de pessoas que combatem a apropriação privada dos recursos públicos, mas se beneficiam de algum auxílio que viola o espírito da lei, o espírito da coisa pública. E vejam, este ano, as denúncias sobre o abuso no auxílio emergencial – se bem que, neste caso, muitos pagamentos irregulares se deveram à absoluta inépcia do atual governo, que não foi capaz sequer de cruzar os CPFs dos solicitantes com os dos servidores públicos, chegando assim a pagar o recurso a pessoas que estavam na folha de pagamento da União.

Estes dois problemas, a resiliência da desigualdade em nossa sociedade e da corrupção em nosso Estado, se unem na produção do

subdesenvolvimento. Penso que no cerne do pensamento de Celso Furtado está a ideia de que o subdesenvolvimento não é um resíduo, algo que será superado sozinho, pelo andar da carruagem, pelo livre jogo do mercado, mas algo que é deliberadamente produzido, reforçado, e por isso mesmo necessita ser enfrentado por políticas públicas robustas e constantemente monitoradas.

Precisamos desenvolver essa ideia da produção do que existe de ruim em nossa sociedade. Faz já algum tempo que ouvimos duas, três vezes por semana, casos de barbaridades. Esta semana, por exemplo, a história do magistrado que anda pelas calçadas de Santos, e humilha os guardas municipais que exigem que ele coloque a máscara protetora contra a Covid-19, a quem responde em francês, querendo mostrar-se superior a eles. Ou o morador de um condomínio, na Grande São Paulo, que destrata o entregador de aplicativo. O ponto comum nesses casos são as pessoas com mais dinheiro negarem a igualdade básica de direitos entre os seres humanos.

O exemplo de *textbook* pode ser o caso da moça, no Rio de Janeiro, que, ao ouvir um fiscal da prefeitura pedir que seu marido ponha a máscara, retruca que não o chame de “cidadão”, porque ele não o é, e sim “engenheiro civil formado [sic], melhor que você”. Não sabia ela que o fiscal tinha doutorado, mas a recusa do honroso nome de cidadão, em prol de um estranho “engenheiro civil formado” (eu desconhecia a existência de engenheiros não formados, isto é, sem diploma...), atesta bem a aversão ao princípio básico da república e da democracia, que é o da igualdade de direitos. Isso acontece duas, três vezes por semana. Dou estes exemplos porque são recentes. Na semana que vem, haverá outros. É péssimo saber que esses comportamentos se reproduzem.

A notícia boa, porém, é que essas histórias, aos serem divulgadas, estão causando repulsa na sociedade. A opinião pública está revoltada com elas. Mas essa opinião pública está indignada no plano dos costumes. Não se revolta com o fundamento desses discursos preconceituosos, que é a gritante desigualdade social e econômica. Muitas vezes é a mesma opinião pública

que falou mal do Bolsa Família, chamando-o de bolsa esmola, que votou contra políticas que estavam acabando com a miséria e a fome, bem como reduzindo a desigualdade social no Brasil, que criticou a política de cotas alegando que reduziria a qualidade da universidade.

Tive a experiência espantosa, quando fui ministro da Educação, de receber um dos maiores cientistas brasileiros, líder em sua área, que não sabia que as cotas étnicas se aplicam somente a quem estudou no ensino médio inteiro em escolas públicas e, portanto, são um subconjunto de um projeto de redução das desigualdades sociais. Ele era contra as cotas, mas não sabia em que consistiam. Chegamos a um ponto em que a sociedade cada vez acredita mais na igualdade dos gêneros, no respeito às orientações sexuais e também na igualdade étnica e nos direitos de indígenas, embora deva dizer que estes dois últimos direitos tenham menos apoio. E por que têm menos apoio? Porque neles se evidencia a desigualdade social. E a sociedade que aceita a diversidade de costumes tem menos simpatia pela igualdade de oportunidades na vida. A questão social é secundária, na opinião vagamente ilustrada do Brasil de hoje, ante a questão dos costumes. Ou seja, continuamos produzindo a desigualdade. Atenuamos alguns pontos dela, mas os fundamentos sociais da desigualdade continuam vivos e apoiados, inclusive, por muitos daqueles a quem repugna o atual governo.

Finalmente, quanto à popularidade obtida pelo governo Bolsonaro, graças ao auxílio emergencial, não ponho fé em que ela permaneça. Não apenas, como diz a mídia, porque faltará dinheiro para manter esse auxílio pelos dois anos e alguns meses que faltam, até a eleição presidencial de 2022. Mas, principalmente, porque esse governo detesta políticas sociais. Ele colocou para fora dos cargos de confiança todas as pessoas que identificou como implantadores de políticas sociais. Não terá *expertise* para implementá-las.

Quando fui diretor da Capes, entre 2004 e 2008, residi na Academia de Tênis, em Brasília. Era frequente o governo Lula realizar encontros

nacionais naquele espaço, para definir suas políticas públicas. Não lembro de cada um, mas dou um exemplo hipotético, o da amamentação. Se fosse definir uma política nacional de amamentação, o governo chamaria pessoas dos mais variados cantos do Brasil, que trariam suas demandas, depois de discutidas em suas comunidades, e a política sairia desses encontros – sendo que essa construção *grassroots* dos programas governamentais garantia, uma vez adotada a medida em questão, que ela fosse implantada graças ao apoio de todos os que participaram dos encontros locais e, finalmente, nacional a seu respeito. Esse modo de governar foi tão eficaz que, por ocasião da reeleição da presidente Dilma Rousseff, a Câmara, dominada pelos conservadores, aprovou um decreto legislativo proibindo, na prática, a realização de tais encontros.¹⁵

Finalmente, chego ao livro de 1978 de Celso Furtado, *Criatividade e dependência na civilização industrial*. A ideia é como fazer que a criatividade fecunde nossa sociedade, inclusive nossa economia. Não foi, portanto, fortuito que Sarney o incumbisse da pasta da Cultura, embora muitos, como eu, preferíssemos que desse um novo norte à economia, retomando o combate planejado e sistemático contra o subdesenvolvimento. Este livro é uma inspiração para nós, que hoje nos reunimos pensando num novo alvorecer para o Brasil: como podemos, mesmo neste momento tão difícil, preparar o tempo futuro. Qual o papel que a ciência e a cultura podem ter para a construção de uma sociedade justa e feliz.

E concludo com uma esperança. É verdade que o Brasil hoje está rachado, dividido, mas também é verdade que a maioria da população não é muito interessada em política. Para essa maioria pouco interessada em política, se falarmos em projetos, em ideias, em futuro, talvez consigamos unir as forças da sociedade brasileira, que foram bloqueadas neste momento

¹⁵Política Nacional de Participação Social foi formalizada no Decreto Presidencial 8243, de 23 de maio de 2014. A Câmara votou decreto legislativo revogando-o, que não chegou a ser apreciado no Senado. Porém, depois da cassação do mandato de Dilma Rousseff, o decreto ficou letra morta durante o governo Temer e foi finalmente revogado pelo Decreto 9759, de 11 de abril de 2019, já no governo Bolsonaro.

tenebroso que ora estamos vivendo. Pensemos um pouco menos nos nomes de candidatos para 2022, e mesmo no de partidos, e mais em propostas que nos façam retomar a criatividade. Não é apenas questão de aumentar nossa produção econômica, medida no PIB, a tarefa é dar espaço livre à criação, seja a mais evidente, que se dá na ciência e na cultura, seja aquela que ocorre nas formas de vida, e da qual todos participam. Se vencermos o subdesenvolvimento, como queria nosso homenageado, será pela criatividade.



**ANAIS DO SEMINÁRIO
100 ANOS DE CELSO FURTADO:
QUE DESENVOLVIMENTO
QUEREMOS PARA O BRASIL?**